



**IVY ENBER CHRISTIAN UNIVERSITY
MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ABORDADA NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE BREJO SANTO-CE**

CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO LUCENA

**BREJO SANTO - CE
2024**



CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SEÇÃO DE CATALOGAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO – ENBER

L935e Lucena, Claudia da Silva Araújo.
A educação inclusiva abordada na sala de recursos multifuncionais em uma escola estadual de Brejo Santo-CE. [recurso eletrônico] / Claudia da Silva Araújo Lucena. – Dados eletrônicos. – Brejo Santo - CE: 2024.

93 f.

Orientação: Sawana Araújo Lopes de Souza.

Dissertação (Mestrado) - ENBER/PPGCE.

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Recursos multifuncionais. I. Souza, Sawana Araújo Lopes. II. Título.

ENBER/BC

CDU 37:025.177

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Beatriz E. Maia, CRB 15/980

CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO LUCENA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ABORDADA NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE BREJO SANTO-CE**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University.

Linha de Pesquisa: Mestrado Internacional Em Educação

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Sawana Araújo Lopes de Souza.

BREJO SANTO - CE
2024



CLÁUDIA DA SILVA ARAÚJO LUCENA

**A EDUCAÇÃO INCLUSIVA ABORDADA NA SALA DE RECURSOS
MULTIFUNCIONAIS EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE BREJO SANTO-CE**

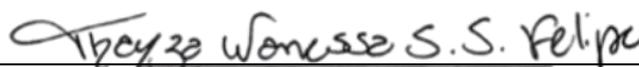
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências da Educação, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação da Ivy Enber Christian University.

Aprovada em: 24 / 05 / 2024

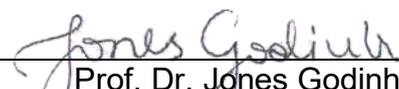
BANCA EXAMINADORA



Prof.^a. Dr.^a. Sawana Araújo Lopes de Souza
(Orientadora/PPGED/ENBER)



Profa. Dra. Thayza Wanessa Silva Souza Felipe
(Membro-interno/PPGED/ENBER)



Prof. Dr. Jones Godinho
(Membro-externo/Programa/Instituição)

BREJO SANTO – CE
2024

AGRADECIMENTOS

Gratidão a Deus, a orientadora, aos filhos, aos netos e em especial ao meu marido(in memória).

A fé e o amor de Deus foram essenciais para a realização da pesquisa, pois atribuo a Ele a força necessária para transformar momentos difíceis em momentos de deleite com a leitura e a escrita. A presença da fé e do amor divino ao longo de três anos foi fundamental para concluir a pesquisa, destacando a importância da espiritualidade e da confiança em algo maior durante os desafios acadêmicos.

A orientadora foi fundamental para a conclusão da dissertação, ensinando perseverança, compreensão das falhas e otimismo. Seu apoio, orientação e ensinamentos me guiaram no processo de pesquisa e redação, capacitando-me superar desafios e concluir com sucesso a produção acadêmica.

O apoio emocional e a compreensão dos filhos e netos foram essenciais para que eu pudesse me dedicar ao estudo e à pesquisa, superando demandas e desafios. Esse suporte familiar contribuiu para minha motivação e bem-estar ao longo do processo acadêmico, permitindo que eu me concentrasse nas atividades de pesquisa e redação

RESUMO

A educação inclusiva é um pilar fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade justa e equitativa. A dissertação mencionada aborda um tema crucial, investigando a Educação Especial no contexto brasileiro, com foco na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na relevância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em Brejo Santo/CE. A análise de periódicos da CAPES e a reflexão sobre a Sala de Recursos Multifuncionais são essenciais para compreender os avanços e desafios da área. Sendo assim, dentro desse contexto a presente dissertação tem o objetivo geral analisar como está sendo pesquisada a Educação Especial na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2015 - 2022), bem como a importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no município de Brejo Santo/CE a fim de que possa complementar e implementar sobre a educação inclusiva no campo educacional. Portanto os objetivos específicos foram: Analisar as produções científicas entre 2015 e 2022 nos periódicos CAPES pode revelar tendências significativas e lacunas no conhecimento, contribuindo para o aprimoramento das políticas e práticas educacionais. Além disso, pesquisar a Salas de Recursos Multifuncionais, especialmente em Brejo Santo/CE, oferece insights valiosos sobre como os recursos estão sendo utilizados para atender às necessidades dos alunos e fomentar uma educação mais inclusiva. Os resultados apontam que a Educação Especial no município de Brejo Santo/CE, especialmente através da Sala de Recursos Multifuncionais, reflete um compromisso com a inclusão e a equidade educacional. Dessa forma, o texto destaca a importância da infraestrutura, das abordagens pedagógicas e das diretrizes governamentais para promover a Educação Inclusiva. Ressalta-se a necessidade de formação de docentes, sinergia entre instituições de ensino, famílias e setor de saúde, e medidas para garantir a inclusão. É fundamental investir em políticas públicas eficazes, formação de profissionais e avaliações periódicas para o sucesso da Educação Inclusiva e a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Sala de Recursos Multifuncionais; Educação Inclusiva; Brejo Santo

ABSTRACT

Inclusive education is a fundamental pillar for the development of a fair and equitable society. The aforementioned dissertation addresses a crucial topic, investigating Special Education in the Brazilian context, focusing on the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) and the relevance of the Multifunctional Resource Room (SRM) in Brejo Santo/CE. The analysis of CAPES journals and the reflection on the Multifunctional Resource Room are essential to understand the advances and challenges in the area. Therefore, within this context, this dissertation has the general objective of analyzing how Special Education is being researched at the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (CAPES) (2015 - 2022), as well as the importance of the Multifunctional Resource Room (SRM) in the municipality of Brejo Santo/CE so that it can supplement and implement inclusive education in the educational field. Therefore, the specific objectives were: Analyzing scientific productions between 2015 and 2022 in CAPES journals can reveal significant trends and gaps in knowledge, contributing to the improvement of educational policies and practices. In addition, researching Multifunctional Resource Rooms, especially in Brejo Santo/CE, offers valuable insights into how resources are being used to meet students' needs and foster more inclusive education. The results indicate that Special Education in the municipality of Brejo Santo/CE, especially through the Multifunctional Resource Room, reflects a commitment to inclusion and educational equity. Therefore, the text highlights the importance of infrastructure, pedagogical approaches, and government guidelines to promote Inclusive Education. The need for teacher training, synergy between educational institutions, families, and the health sector, and measures to ensure inclusion is emphasized. Investing in effective public policies, training professionals, and periodic assessments is essential for the success of Inclusive Education and the construction of a more democratic and inclusive society.

Keywords: Multifunctional Resource Room; Inclusive education; Brejo Santo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. METODOLOGIA	11
1.1. ABORDAGEM QUALITATIVA.....	11
1.2. ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA.....	12
1.3. ABORDAGEM DOCUMENTAL.....	12
2. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA CAPES (2015- 2022)	15
3. O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REFLEXÃO	26
3.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	31
3.2. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA INCLUSÃO ESCOLAR.....	39
4. AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM INVESTIGAÇÃO: UMA REFLEXÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BREJO SANTO/CE	42
4.1. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS.....	43
4.2. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO.....	44
4.3. ADAPTAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	45
4.4. PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO.....	46
4.5. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS E SOCIOEMOCIONAIS.....	47
4.6. COLABORAÇÃO COM A EQUIPE ESCOLAR E A FAMÍLIA.....	48
5. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	50
5.1 ABORDAGENS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS.....	50
5.2. RECURSOS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS.....	53
5.3. FORMAÇÃO DOCENTE E APOIO PEDAGÓGICO.....	55
5.4. LOCALIZAÇÃO E RECURSOS FÍSICOS DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS.....	57
5.4.1. PAPEL DA ESCOLA NA IMPLEMENTAÇÃO DA SRM.....	58
5.4.2. ENVOLVIMENTO DOS DEMAIS PROFESSORES NA SRM.....	59
5.4.3. DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA SRM.....	60
5.4.4. OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA SRM.....	61
6. REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA SRM	62
6.1. O IMPACTO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	62
6.2. NECESSIDADE DE RECURSOS ADICIONAIS E INVESTIMENTOS.....	64

	8
6.3. IMPACTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS.....	65
6.4. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS ADOTADAS NA SRM: UMA ANÁLISE MAIS PROFUNDA.....	66
6.5. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM MARCO FUNDAMENTAL.....	67
7. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DE BREJO SANTO-CE	70
7.1. LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURA FÍSICA DA SRM.....	70
7.2. TECNOLOGIA ASSISTIVA E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE.....	70
7.2.1. PLANO ANUAL DE 2018 PARA A SRM.....	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	81
ANEXO A.....	87
ANEXO B- CARTA DE ANUÊNCIA	92

INTRODUÇÃO

A Educação Inclusiva ganhou cada vez mais destaque como um direito fundamental de todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e necessidades individuais. Trata-se de um paradigma educacional que busca romper com as barreiras físicas, pedagógicas e atitudinais, que conseqüentemente ajuda a desenvolver o aprendizado cognitivos do aluno em ambientes escolares inclusivos. Nesse contexto, a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) desempenha um papel fundamental ao oferecer suporte pedagógico especializado, recursos adaptados e estratégias personalizadas, recursos esses que servem como ponto crucial no desenvolvimento de pessoas com qualquer tipo de deficiência.

A Educação Inclusiva destacando-se nas salas de recursos multifuncionais das escolas em Brejo Santo, no estado do Ceará por seu compromisso com a inclusão educacional, como também de forma bastante significativa na prática de projetos de políticas públicas visando atender às demandas dos estudantes com deficiência. As escolas são reconhecidas por seus engajamentos, em proporcionar no contexto de aprendizado um local de inclusão, onde todos os estudantes tenham acesso igualitário à educação de qualidade.

Para fundamentar teoricamente esta pesquisa, serão utilizadas obras autores que se dedicam ao estudo da Educação Inclusiva e suas práticas. Dentre os principais autores consultados, destacam-se Mantoan (2006a), Mendes (2010), Ronca (2012), e Sasaki (1997). Esses autores trazem contribuições significativas para a compreensão dos fundamentos teóricos e práticos da Educação Inclusiva e a importância das SRMs no processo de inclusão educacional.

Neste contexto, percebe-se que a Educação Inclusiva é um assunto bem contemporâneo, é sem dúvida um tema que provoca debates e discussões no âmbito educacional, pois o Brasil, assim como muitos outros países possui legislação que garante o processo de inclusão de pessoas com deficiência na sociedade de forma igualitária, ou seja, são leis que visam permitir o acesso dessas pessoas na sociedade, nas escolas, universidades e inclusive no mercado de trabalho (FRANCO; GOMES, 2020).

Dessa forma, esta dissertação busca a devida compreensão sobre a Educação Inclusiva, com ênfase na atuação da SRM em uma Escola Estadual de

Brejo Santo/CE. Analisou a efetividade desses espaços na promoção da inclusão educacional, identificando os desafios enfrentados, os avanços alcançados e as possíveis melhorias a serem implementadas.

Os resultados desta pesquisa tiveram o potencial de contribuir para a consolidação de práticas inclusivas na escola estudada e para o aprimoramento das políticas educacionais em nível local e nacional. Espera-se que esse estudo promova a reflexão e o debate acerca da importância da Educação Inclusiva e do papel das SRMs como espaços de apoio e desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas.

A escolha da SRM como objeto de estudo se justifica pela sua relevância como um ambiente voltado para o atendimento educacional especializado, onde são disponibilizados recursos e estratégias pedagógicas específicas para os estudantes com deficiência. Essa sala tem o propósito de suprir as necessidades educacionais desses estudantes, proporcionando-lhes suporte individualizado para que possam alcançar seu pleno potencial acadêmico e participar ativamente do ambiente escolar.

No contexto da Escola Estadual em Brejo Santo/CE, a SRM desempenha um papel crucial na promoção da inclusão educacional. Por meio de práticas pedagógicas inclusivas e do uso de recursos adaptados, busca-se garantir a participação e o progresso dos estudantes com deficiência, tanto nas atividades desenvolvidas na sala quanto nas turmas regulares. Essa abordagem inclusiva, não apenas beneficia os estudantes com deficiência, mas também contribui para a formação de uma comunidade escolar mais diversa, empática e preparada para lidar com as diferenças.

Dentro deste cenário específico, a pesquisa se concentra em responder à questão seguinte: Qual é o papel essencial desempenhado pela Sala de Recurso Multifuncional no contexto da educação inclusiva?

Tendo em vista que se acredita que os resultados obtidos por meio desta pesquisa poderão contribuir para o aprimoramento das práticas inclusivas na Escola Estadual em Brejo Santo/CE, bem como para a disseminação de boas práticas e políticas educacionais inclusivas em outras instituições de ensino. Além disso, espera-se que os resultados sirvam de embasamento teórico e prático para gestores educacionais, professores e demais profissionais envolvidos no processo de inclusão educacional, auxiliando-os na tomada de decisões e na implementação de ações que promovam uma educação mais justa e com equidade.

Os desafios envolvidos nesse contexto, busca-se fornecer subsídios teóricos para a promoção da Sala de Recursos Multifuncionais na inclusão educacional, visando garantir a igualdade e equidade de oportunidades e o pleno desenvolvimento de todos os estudantes. Sendo este o ponto de partida deste trabalho, onde são estabelecidas as bases para a compreensão dos temas subsequentes.

Em suma, esta dissertação tem como objetivo geral: Analisar como ocorre a pesquisa de Educação Especial na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (2015 - 2022), bem como a importância da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) no município de Brejo Santo/CE a fim de que possa complementar e implementar sobre a educação inclusiva no campo educacional.

Os objetivos específicos propostos para este estudo são os seguintes: Avaliar a produção científica sobre Educação Especial nos periódicos CAPES entre os anos de 2015 e 2022; Entender como a inclusão pode contribuir para a equidade educacional na área da Educação Especial; Investigar as estratégias pedagógicas utilizadas na Sala de Recursos Multifuncionais em Brejo Santo, visando promover a interação, crescimento acadêmico e socioemocional dos alunos, em colaboração com a equipe escolar e a família; Discutir o desenvolvimento de práticas inclusivas nesta sala de recursos; Avaliar a eficácia das Salas de Recursos Multifuncionais em Brejo Santo; Realizar uma análise da documentação disponível na sala de recursos multifuncionais de uma escola estadual na mesma região.

No primeiro capítulo, descreveu detalhadamente, a metodologia da pesquisa adotada neste estudo. Isso inclui informações sobre os métodos de coleta de dados, análise de dados e a abordagem de pesquisa geral, permitindo que os leitores compreendam como a pesquisa foi conduzida.

O segundo capítulo concentra-se no mapeamento da produção acadêmica da CAPES (2015-2022), com o delineamento do conceito de inclusão educacional. Aqui, foi destacada sua importância na promoção da equidade e diversidade nas escolas, discutindo teorias, modelos e estratégias para criar ambientes verdadeiramente inclusivos. No passo em que se aprofunda o tema da Educação Especial, com um foco especial no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No terceiro capítulo, fez a análise das abordagens pedagógicas inclusivas dentro das SRM, por meio da reflexão sobre o processo de inclusão na educação especial. Discutiu-se recursos e estratégias pedagógicas inclusivas, bem como a

importância da formação docente e do apoio pedagógico nesse contexto. O quarto capítulo aborda, por fim, as análises e discussões acerca do conceito e das características das SRMs, bem como sobre a importância dos recursos físicos.

1. METODOLOGIA

Para este capítulo o propósito inicial, é de expor a perspectiva de uma metodologia que visa uma breve adequação da presente pesquisa, ou seja, se faz necessário que haja uma apresentação de como será o processo metodológico do estudo. Neste aspecto o capítulo constitui de: Conceito de abordagem qualitativa; Pesquisa de cunho bibliográfico; Pesquisa de cunho documental, tendo como referência os objetivos específicos da referida pesquisa.

1.1. ABORDAGEM QUALITATIVA

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, que se baseia na compreensão aprofundada e contextualizada dos fenômenos em estudo. Esta abordagem é particularmente relevante para a investigação da Educação Inclusiva e do papel das SRMs no contexto educacional, pois permite a exploração das experiências, percepções e significados atribuídos por diferentes atores envolvidos no processo (CRESWELL; CRESWELL, 2017).

A escolha por uma abordagem qualitativa é respaldada pela natureza complexa e multifacetada da inclusão educacional. Buscamos compreender não apenas "o que" acontece nas SRMs e no contexto da inclusão, mas também "como" e "por que" esses processos ocorrem. "O objetivo principal do investigador é o de construir conhecimentos e não dar opinião sobre determinado contexto" (BOGDAN; BIKLEN, 1994, p. 67).

A coleta de dados qualitativos realizou-se por meio da análise documental, que forneceu informações contextuais importantes sobre políticas, regulamentos e relatórios institucionais sobre a inclusão e a educação especial na SRM, bem como da pesquisa bibliográfica, compreendendo a produção científica sobre a temática na CAPES, no período entre 2015 e 2022. Isso é particularmente relevante quando se investiga a complexa interação entre as políticas de inclusão, a prática pedagógica nas SRM e o impacto na aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes com necessidades especiais.

Portanto, a abordagem qualitativa adotada nesta pesquisa visa proporcionar uma compreensão profunda e contextualizada da inclusão educacional e do uso das

SRMs, contribuindo para a construção de conhecimento relevante para a promoção da Educação Inclusiva.

1.2. ABORDAGEM BIBLIOGRÁFICA

A pesquisa bibliográfica desempenha um papel essencial neste estudo, pois serve como a base teórica e conceitual que sustenta a análise da Educação Inclusiva, das SRMs e do uso de tecnologias educacionais. Este método permite a identificação, revisão e síntese da literatura existente relacionada aos temas abordados (Gil, 2002).

A busca por fontes bibliográficas relevantes foi conduzida em bases de dados acadêmicas, bibliotecas virtuais e repositórios institucionais. A pesquisa abrangeu trabalhos acadêmicos, artigos científicos, livros, teses, dissertações e relatórios de órgãos oficiais relacionados à Educação Inclusiva, SRM e tecnologias educacionais. A utilização de palavras-chave específicas e a seleção criteriosa de fontes garantiram a relevância e a abrangência da pesquisa bibliográfica.

1.3. ABORDAGEM DOCUMENTAL

A pesquisa documental é uma abordagem metodológica fundamental, amplamente utilizada em várias disciplinas, incluindo ciências sociais e educação. Essa abordagem envolve a análise e interpretação de documentos escritos, registros e fontes de informações escritas como meio de coletar dados e evidências para responder a perguntas de pesquisa específicas (Kripka; Scheller; Bonotto, 2015).

Autores como Kripka; Scheller; Bonotto (2015) destacam que os documentos podem assumir diversas formas, como leis, decretos, políticas, relatórios institucionais, cartas, diários, jornais e revistas. Essa diversidade de fontes escritas oferece aos pesquisadores uma ampla gama de informações que podem ser exploradas em diferentes contextos de pesquisa.

Uma característica importante da pesquisa documental é a distinção entre fontes primárias e secundárias. Fontes primárias são documentos criados no momento do evento ou período em estudo, enquanto fontes secundárias são criadas posteriormente, muitas vezes com base em fontes primárias. Essa distinção é

relevante porque as fontes primárias geralmente fornecem informações mais diretas e originais.

Além disso, a pesquisa documental desempenha um papel crucial na contextualização e fundamentação das análises em pesquisas. Documentos como políticas, regulamentos e relatórios ajudam os pesquisadores a entenderem o contexto em que um determinado evento ocorreu.

Com relação a análise dos documentos torna-se relevante haver uma ampla interpretação de documentos. Os pesquisadores precisam considerar o contexto histórico, a autenticidade dos documentos e a possibilidade de viés nas fontes. A pesquisa documental também pode ser usada para validar dados coletados por outras metodologias, aumentando a confiabilidade e a validade dos resultados da pesquisa.

Nesse contexto, explorou-se as fontes de dados, incluindo o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola, o relatório de desempenho dos estudantes e os documentos referentes à Sala de Recurso Multifuncional (SRM).

A pesquisa documental incluiu a coleta e análise de documentos específicos essenciais para a investigação, tais como o plano político pedagógico (PPP) da escola, que fornece informações cruciais sobre as políticas e estratégias educacionais da instituição, examinado à luz das diretrizes de Educação Inclusiva e da implementação das SRMs.

Além disso, o relatório de desempenho dos estudantes foi também objeto de análise detalhada. Esse documento oferece *insights* valiosos sobre o progresso acadêmico dos estudantes, permitindo a avaliação do impacto das práticas inclusivas e do suporte oferecido pelas SRMs no aprendizado e no desenvolvimento dos estudantes com deficiência.

Os documentos relacionados às SRMs foram uma parte central da pesquisa, incluindo relatórios institucionais das SRMs, documentos de planejamento, registros de recursos disponíveis e qualquer informação relevante sobre as estratégias e abordagens adotadas nas SRMs. Essa análise proporcionou uma compreensão profunda das práticas nas SRMs e de como elas se alinham com as diretrizes de Educação Inclusiva.

A pesquisa documental foi conduzida com uma abordagem crítica, considerando o contexto, a autenticidade dos documentos e a possível presença de vieses. A interpretação dos documentos foi guiada pela busca de padrões,

tendências e *insights* que pudessem contribuir para a compreensão da implementação da Educação Inclusiva e o papel das SRMs na escola em estudo.

Além disso, a pesquisa documental contribuiu para a validação e fundamentação das análises subsequentes. Os dados obtidos por meio da pesquisa documental foram usados para enriquecer as discussões e conclusões do estudo, garantindo a confiabilidade e a validade das descobertas.

Portanto, a pesquisa documental desempenhou um papel crucial na investigação, fornecendo uma base sólida para a compreensão da implementação da Educação Inclusiva e das práticas nas SRMs, contribuindo para o avanço do conhecimento na área da Educação Inclusiva.

2. MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO ACADÊMICA DA CAPES (2015- 2022)

No capítulo dedicado ao estado da arte, adentramos no vasto campo da pesquisa acadêmica em Educação Especial, seguindo a orientação de Franco e Gomes (2020, p. 4), que destacam a possibilidade de elaborar conhecimento novo a partir de resultados já publicados. Nesse contexto, a busca por compreender a evolução do tema da Educação Especial nos últimos anos nos leva a explorar o vasto universo de informações disponíveis no Repositório da CAPES.

De acordo com Franco; Gomes (2020, p. 4), “é possível elaborar conhecimento novo a partir de resultados já publicados em livros, artigos de periódicos, artigos de conferências e qualquer outro registro”. Tendo em vista a vasta produção científica em torno do tema da Educação Especial, foi selecionado o descritor: “Educação Inclusiva”, destacado com aspas.

De forma geral, explicou-se alguns movimentos realizados na operação investigativa sobre o levantamento no Repositório da CAPES considerando que há uma compilação generalizada de trabalhos de várias instituições. Refinada a busca e, para tanto, com o descritor “educação especial” aplicando o filtro da temporalidade de 2015 a 2022. Dessa maneira foram encontrados 1.300 trabalhos, sendo 787 Dissertações e 296 Teses. Vendo a imensa quantidade de trabalhos produzidos acerca da temática, optou-se pela utilização do filtro referente à área de conhecimento educação especial. Com esse modelo de sistematização de busca, acionou-se 137 pesquisas, divididas em 74 Dissertações e 63 Teses.

Ainda acerca dos critérios de inclusão para a seleção dos artigos, deu-se prioridade aos publicados em português, que estivessem na íntegra. No que diz respeito a exclusão de estudos foram excluídos trabalhos científicos que não faziam alusão aos critérios elucidados pela presente metodologia.

Ao realizar a seleção desses materiais foi possível perceber que havia apenas trabalhos da Universidade Federal de São Carlos, sendo assim, optou-se em refazer a seleção dos trabalhos correlatos a partir dos dados encontrados sem a utilização do filtro área de conhecimento.

Com 1.300 trabalhos encontrados, a seleção foi feita através da leitura dos títulos que abordassem Educação Especial e Tecnologia da Informação e, desta vez, foram coletados 55 trabalhos. Com esta leitura foi permitido identificar e isolar enunciados dos conteúdos a ela submetidos, bem como categorizar tais enunciados

e produzir textos de modo a integrar descrição e interpretação. Sendo assim, desta maneira foi possível selecionar 10 (dez) trabalhos para realização de leitura mais aprofundada, como demonstrado a seguir no quadro 1, no qual constam os trabalhos selecionados e trabalhos relacionados à temática da pesquisa.

Portanto durante o processo de identificação e leitura, a forma de interpretação dos dados ocorreu por meio de uma análise de leitura simples e rápida dos artigos, deste modo realizou-se uma análise textual, que de forma ampla trata-se de modo significativo de aprofundamento por meio de processos discursivos que visam obter determinado conhecimento que por intermédio de uma descentralização de assuntos que envolvem o discurso em questão.

Sendo assim é possível por meio desta leitura, identificou, como também isolou fatos circunstanciados dos conteúdos que nela são submetidos, ou seja, é possível assim catalogar os enunciados existentes e produzir os textos que possa integrar a descrição do estudo como também a interpretação dos dados encontrados. Desta maneira, permaneceram dez trabalhos para a realização de leitura mais aprofundada. No anexo A é possível visualizar os trabalhos selecionados. Importante ressaltar que no decorrer do levantamento do estado da arte, foi possível notar a falta de pesquisas acerca da SRM no município de Brejo Santo/CE.

No estudo intitulado “A escola comum/Educação Especial: A relação da gestão com as práticas inclusivas” O autor Monteblanco (2015), relata em seu estudo as propostas de implementação exposta pela Política Nacional da Educação Especial, que visa uma perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) em seu contexto referente as ações propostas pela gestão escolar no que diz respeito a aprendizagem por meio da inclusão.

O desenvolvimento da pesquisa de se dá através de uma abordagem qualitativa, usando método instrumental uma proposta de investigação referente a entrevistas semiestruturadas, que se realizou com gestores escolares do município de Santa Maria no Rio Grande do Sul. Analisou-se também projetos políticos pedagógicos (PPP) das referidas escolas do Município supracitado. Foi possível constatar longo da pesquisa que dentro do contexto científico as mudanças são necessárias dentro do ambiente escolar mediante as diversidades existenciais possíveis (MONTEBLANCO, 2015).

Neste contexto, a escola precisa de uma releitura das práticas para perceber e atender aos processos que direcionam a proposta da Política da Educação Inclusiva. A autora ressalta, ainda, que por meio da pesquisa foi possível construir importantes aportes para discussões nas redes de ensino analisadas, para que, em breve, seja possível vivenciar ações conjuntas com todos os autores escolares em relação à inclusão escolar.

No entanto o assunto abordado no próximo trabalho, destaca-se a discussão da autora, por meio de uma proposta que envolve as vantagens impostas pelas políticas de convívio com as pessoas com deficiência no contexto da inclusão escolar.

Conforma aborda, Gandin (2013) em um movimento reflexivo sobre o assunto educação inclusiva. Mostra que o incentivo à convivência, se tornou um forte argumento para que todos se sensibilizem sobre as vantagens concorrenciais que envolvem o meio de aprender das pessoas com deficiência em contexto de inclusão. De acordo com Gandin (2013, p.94) afirma que

[...] não é só isso, pois é também produzida uma gestão dos riscos a partir da convivência, na qual a sensibilização orbita em torno de um risco de não conviver, o qual cabe ao sujeito gerir, apostar e empreender sobre a parceria com a deficiência (Gandin, 2013 p. 94).

Sendo assim, mediante o citado a autora em seu contexto salienta que o propósito do governo, vem a princípio de incluiu dentro da esfera a capacidade pela qual tem a deficiência, ou seja, sendo assim uma maneira de reformar esse contexto para salvar, para corrigir e sensibilizar o direito de proteção de todos e cada um.

[...] Faz parte de um modo de vida no qual a escola inclusiva é chamada convenientemente a atuar como uma maquinaria autogovernada, acionando práticas em que cada um aprende a tornar-se e a manter-se sensível, consciente da presença dos deficientes como forma de engajar-se e de vigiar a sua própria inclusão e a dos demais (Gandin, 2013 p. 94).

A autora demonstra uma intensa desconfiança de que sensibilizar é uma forma de governar e o contexto histórico nos mostra que já nos sensibilizamos de inúmeras maneiras. Essas práticas podem mobilizar, direcionar, subjetivar, mas elas não determinam. Neste sentido, seu estudo busca uma desnaturalização da prática de sensibilizar para incluir.

Neste contexto pode-se observar em outro estudo que se baseava na proposta da política Nacional de Educação Inclusiva da Região Sul do país sobre as possibilidades de atuação juntamente com os estudantes com deficiências. A Tese “Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Região Sul do Brasil”, ampara-se em contribuições da Teoria Histórico-Cultural para a Educação Especial, esse contexto diz respeito as possibilidades de atuação que envolvem os estudantes com deficiências. Foi possível constatar que o real objetivo da pesquisa analisada, visou investigar, como também analisar e assim compreender como ocorre o processo que visa efetivar a Política Nacional da Educação Especial mediante uma Perspectiva da Educação Inclusiva da região estudada (GARCIA, 2020).

A pesquisa desenvolveu-se por meio de revisão da literatura e estudos de casos através de perguntas a docentes que desenvolvem suas atividades no segmento da educação básica e com educação especial e que estariam se preparando para participar de um curso de especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE), realizado pela Universidade de Maringá na modalidade de Educação a Distância (Garcia, 2020). Além de realizar entrevistas semiestruturadas com professores que, no período da coleta, atuavam em SRMs no ensino regular, equipe pedagógica das escolas, coordenadoras da educação especial dos municípios de Chapecó (SC), Capão da Canoa (RS) e Maringá (PR), bem como observações em Sala de Recurso Multifuncionais (SEM) e em salas do ensino regular onde havia estudantes considerados em situação de inclusão nessas escolas.

No estudo realizado por Garcia (2020), houve uma análise minuciosa de documentos relacionados às políticas de Educação Especial, bem como documentos normativos de cada estado e município que foram selecionados para a pesquisa. De acordo com a pesquisadora, a implementação das políticas de Educação Inclusiva nos estados do Sul do Brasil evidencia que atualmente os estudantes em condições de inclusão possuem respaldo legal para frequentar o ensino regular. Apesar dos sistemas educacionais terem universalizado o acesso, ainda há casos de exclusão para indivíduos e grupos que não se encaixam nos padrões estabelecidos de homogeneização pelo sistema educacional. A ideia de inclusão está sendo difundida, porém, na prática, não é garantida.

Outro trabalho eleito foi o de Moura (2015) que analisou os documentos nacionais sobre a Educação Inclusiva no país. Tendo em vista essa conceituação, notou-se que no contexto de estudo da dissertação, a mesma apresenta um estudo documental, em sua metodologia busca uma breve interpretação mediante a proposta que envolve a Educação Inclusiva dentro do país, tendo em vista que a partir das legislações nacionais, no contexto que envolve o período de 1988 a 2014, convém sendo considerado as transformações que ao longo dos anos vem sendo sofridas dentro do contexto educacional, e visando principalmente a modalidade de Educação Especial abordada.

Dentro de um contexto relacionado a abordagem que está envolto a crítico-dialética, e essencial refletir sobre o real papel que o estado fornece por meio de uma forma regida sobre o costume de uma produção amplamente capitalista, sendo este implementado por meio de políticas consideradas públicas. De acordo com uma análise de adoção da política de Educação Inclusiva no país, percebeu-se uma ênfase bastante significativa no que diz respeito as pessoas com deficiência, ou seja, tendo assim, uma visão bem relevante da influência imposta pelas as direções universais para a educação, tendo como exemplo a Declaração Mundial de Educação para Todos proposta pela UNESCO, tendo sua concretização no ano de 1990, como também a Declaração de Salamanca que interpõem o direito das pessoas com deficiência (Moura, 2015).

De acordo com Moura (2015), foi possível observar que não houve uma forma de efetivação de uma proposta política que visasse uma boa perspectiva de uma educação inclusiva para todos, portanto sem essa efetivação de uma proposta que busque uma forma de capacitar os demais profissionais área da educação básica. Sem tal investimento, as pessoas que têm alguma deficiência vão sempre continuar sendo excluídas desse processo de meio educacional, ou seja, dentro do ambiente escolar de ensino regular.

Neste contexto o termo “Exclusão” tem sido caracterizado pela não efetivação da “inclusão” que se propõe em garantir uma educação de qualidade para todos. “Inclusão” malfeita não transforma a realidade. De acordo Moura (2015) sua conclusão ressalta em destaque a relação do termo “Inclusão” como uma forma do não permanecer, sendo assim ele tem sua afirmação como um contexto que contribuiu para que a “exclusão” venha sempre a continuar a ter sua existência. Portanto se é notório identificar que se tem uma proposta de se trabalhar, visando

uma perspectiva única de uma escola inclusiva, como um ambiente de condições que possa vir a atender com a devida qualidade aqueles educandos que necessitam de um atendimento adequado.

Sob esta perspectiva, de que não deveria existir os excluídos, traz a reflexão acerca da necessidade de reconstrução da proposta educacional e essa provavelmente seja a grande contribuição da proposta de inclusão, pois é preciso e necessário parar, refletir, discutir e construir novas bases para a educação no país.

Na visão da autora, se faz necessário construir novas bases para a educação e para que isto ocorra, é importante que ocorram novas discussões e reflexões, tendo em vista que existem representações acerca da inclusão em toda a sociedade.

O trabalho de Scavoni (2016) é desenvolvido diante da inclusão sobre as representações sociais dos professores e projeto político pedagógico. Na pesquisa nomeada “Representações sociais de professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico: a escola em movimento”, Scavoni (2016) investiga as representações sociais de professores acerca da inclusão escolar e problematiza que as políticas educacionais inclusivas apresentam novos contornos para a formação de professores e gestão das escolas, contribuindo na geração de representações sobre o tema. Para conhecer e aprofundar sua compreensão, foram realizados grupos focais e um diálogo destes dados com o projeto político pedagógico, buscando justamente a aproximação entre ação e comunicação na constituição de suas representações sociais, que se alteram constantemente.

Scavoni (2016) afirma que a pesquisa possibilitou compreender a inclusão como um princípio filosófico-pedagógico, ou seja, a ser interpretado, compreendido e vivido por cada comunidade escolar, amparando-se nas diretrizes e leis, e não a elas sendo submissas. A autora concluiu que a escola inclusiva só poderá ser real quando integrar esforços neste sentido, sendo a comunidade escolar aberta ao aprender inclusivo.

Desta maneira, a Educação Especial passa a ser produzida como uma área que transcorre todas as categorias e etapas de ensino na escola regular, muitas vezes entendida como algo igual à Educação Inclusiva.

Esse movimento de Educação Inclusiva com ênfase na Educação Especial reforça o discurso da inclusão escolar como sendo a melhor alternativa para a escolarização das pessoas com deficiência. As políticas de inclusão escolar, nas

quais a Educação Especial é uma das ênfases, apontam para modos de estar na escola. Por isso, a produtividade da aliança entre inclusão escolar e gestão educacional.

A autora, traduz que um dos efeitos das ligações entre inclusão escolar e gestão, é a produção de modos específicos de ser professor/gestor na atualidade. Defende ainda que esses modos têm princípios empresariais, regidos pela racionalidade neoliberal, e imprimem como características imprescindíveis para os gestores, a capacidade de liderança, a atuação democrática, a busca pelo diálogo, a participação como princípio, o auto investimento e o empresariamento de si e dos outros.

Para Noya (2016), tais efeitos produzem o atual contexto educacional brasileiro, no qual a gestão da inclusão na escola é posicionada como a possibilidade de minimizar os riscos de a exclusão dos sujeitos com deficiência tensionar essas questões no âmbito da sua atuação na escola, sendo um dos efeitos e contribuições que esta pesquisa pode trazer para a área da Educação Especial.

Mediante análise Borowsky (2016), em sua pesquisa analisou a trajetória das políticas de Educação Especial no Brasil, no período de 2003 a 2014. Ela salienta que no movimento da Educação Especial, no período estudado, as políticas fazem um deslocamento para o campo das políticas de inclusão. Neste movimento, estavam presentes coletivos representativos na construção e condução das políticas, entre eles a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o Governo Federal, instituições privadas assistenciais (marcadamente na figura da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) e as pessoas com deficiência organizadas em entidades como a Federação Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes (formada por associações estaduais). Após as análises, Borowsky (2016) conclui que na trajetória em que as políticas de Educação Especial se transformaram em políticas de inclusão, houve o movimento das próprias pessoas com deficiência muito fortemente para que isto ocorresse.

“A produção do sujeito deficiente no contorno das políticas de Educação Inclusiva e da formação de professores em Educação Especial” é o título do trabalho de Rosa (2016), que teve como objetivo analisar as narrativas produzidas pelos acadêmicos da Educação Especial tendo como intuito uma forma de produz os modos de deficiência, que destaca em uma possível legitimação de um contexto educacional que envolve uma política educacional caracterizada por um público-alvo

de internalização de uma Educação Especial que visa ser produzido por meio de um público que tem sido de certa forma diferenciado na escola por meio de uma educação inclusiva. Na conclusão da sua pesquisa, a autora fala sobre as escolhas que fez no decorrer da sua pesquisa, relata que a mais difícil e mais importante foi a de permanecer perfazendo os dois cursos (especialização/mestrado) e continuar trabalhando; comenta que essa escolha foi repensada diversas vezes, e que isso ocorria sempre que o cansaço do trabalho interferia no rendimento do estudo e da pesquisa.

No decorrer da pesquisa, Rosa (2016) ressalta que ao olhar para a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, percebe a produção de um grupo específico de estudantes, os quais são os mais diversos e que, ao serem identificados, podem ser colocados para dentro do regime, para que se exerça sobre ele correções de tal forma que se iguale na homogeneidade do “todo” da escola. Além do desejo da captura desse sujeito num grupo específico, no contexto da escola regular inclusiva, deseja-se governá-los. Ao se referir aos professores formados para atuar na Educação Especial, eles são colocados como expertises que se posicionam como capazes de identificar, caracterizar, classificar e falar sobre o sujeito público-alvo da Educação Especial. A autora conclui que existe a possibilidade de pensar acerca de como estamos produzindo e nos produzindo como professores da Educação Especial.

Hermes (2017), fez uma análise para compreender a articulação entre a Educação Inclusiva e a Educação Especial. A autora mapeou a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva para a produção da docência na escola contemporânea, analisou o processo de modelização das professoras de Educação Especial e das professoras das salas comuns/regulares e problematizou a condição histórica da articulação entre a Educação Especial e a Educação Inclusiva na produção da docência contemporânea. Hermes (2017), afirma que a organização da sua Tese procurou sustentar que a inclusão escolar se constitui como um dispositivo político na relação complementar e não substitutiva entre disciplina, biopolítica e neopolítica, na medida em que se exerce sobre as opiniões e produz públicos ditos inclusivos. Não sendo o tema em questão no presente trabalho, optou-se por não se aprofundar na tese.

A pesquisa desenvolvida por Rigo (2017), busca compreender as subjetividades sobre a pedagogia e a inclusão escolar. Rigo defendeu que um ponto

relacionado as ações que compõem em sua análise de recurso pedagógico, pela qual tenda a mobilizar as unidades escolares a introduzir nos seus planos de referências políticas-pedagógicas, as devidas ações que possam tornar essas práticas inclusivas.

A pesquisa se desenvolveu metodologicamente por dois movimentos investigativos, sendo o primeiro, investigar o enredamento entre inclusão escolar e as diferenças para explicar como emergem enunciados sobre as diferenças associadas à inclusão escolar. E o segundo foi o de analisar as práticas da escola para compreender os efeitos dos enunciados das diferenças sobre suas pedagogias (Rigo, 2017).

Conforme o que autora defende em sua hipótese, expõe que em destaque a inserção do aluno deficiente no ambiente escolar do ensino regular, mesmo sendo por meios legais, percebe-se que ele pode não agregar nada ao ensino. Portanto mesmo com todas as críticas acerca de questões governamentais de forma neoliberal seu contexto educacional vem sendo conduzido de forma inadequada e os sujeitos envolvidos em destaque os deficientes, dentro de um ponto de vista positivo vem se tornando um ponto produtivo em vem sendo relevante a sua introdução na escola como ponto crucial a ser debatido sobre as propostas de inclusão e das diferenças existências no contexto escolar.

Sendo assim percebe-se que esses métodos vêm agindo de forma subjetiva e produzindo valores sobre as subjetividades e forma de inclusão, sendo este contexto visíveis sobre os pontos vigente as diferenças. Neste ponto autora trata reforçar os processos que normalizam de forma concreta a questão de que as diferenças são notáveis no ambiente escolar e que este é um desafio a se vencer para que o aluno com deficiência possa ocupar o seu lugar de direito imposto pela lei (Rigo, 2017) .

A partir das análises, Rigo (2017) afirma que as pedagogias que conduzem a inclusão sob enunciados sobre as diferenças podem provocar encontros com o outro, e nestes, experiências. De acordo com a autora, são produzidas subjetividades sensíveis que tornam às diferenças como um instrumento que reconhecem como um contexto único o mundo em que vive, sendo assim existem várias outras possibilidades para se verificar e ampliar os mundos desse grupo de pessoas (RIGO, 2017).

Nesse contexto, o encontro interno com o outro, resultante dos processos de inclusão escolar, emerge como uma oportunidade para a subjetividade do indivíduo

diluir sua predominância sobre o outro. Tal momento suscita uma dinâmica na qual a homogeneidade da perspectiva pessoal é confrontada e submetida a questionamentos, abrindo espaço para o reconhecimento da alteridade como uma alternativa legítima de existência. Esse enfraquecimento da centralidade do eu é catalisado por uma sensibilidade que se assemelha a uma condição de vulnerabilidade. O sujeito, ao se tornar vulnerável, se torna receptivo ao outro e, conseqüentemente, engendra um acolhimento mútuo e uma responsabilidade ética que se originam na exterioridade, na figura do outro.

Rigo (2017) conclui que a posição dos sujeitos com deficiências como aqueles que ocupam o lugar do outro e que produzem no eu uma resposta de acolhimento e de responsabilidade, passa por uma ética da alteridade. É a fissura do dispositivo da inclusão que ela está considerando para falar sobre a produção de subjetividades sensíveis às diferenças. Subjetividades estas que se tornam vulneráveis diante do outro, por estarem expostas ao outro que chega sem convite e, ao mesmo tempo, exige uma resposta.

Diante de tais estudos, é possível se verificar que existe uma parte que deve ser feita pela sociedade e pelos órgãos governamentais, porém a inclusão deve ser feita de maneira igualitária para todos. Independente de possuir uma deficiência ou não.

A partir das análises realizadas, ficou evidente que a temática da inclusão educacional tem sido objeto de estudo e reflexão em diversas perspectivas ao longo dos anos. Um dos estudos analisados, conduzido por Montebianco em 2015, destaca a relação entre a gestão escolar e as práticas inclusivas, explorando os efeitos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva em escolas municipais de Santa Maria/RS.

A pesquisa de Fernanda de Camargo Machado, também realizada em 2015, focou na compreensão da influência da racionalidade neoliberal nas práticas de sensibilização para a inclusão escolar de deficientes no Brasil. Essa pesquisa trouxe à tona questões cruciais sobre as diretrizes de auto conduta em relação às pessoas com deficiência em ambientes inclusivos.

No entanto, no mesmo ano, foi investigado a efetivação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Região Sul do Brasil, abordando questões relacionadas à implementação dessa política em três estados da região.

Outro estudo relevante, conduzido por Adriana Carvalho da Silva de Moura, analisou a adoção da política de Educação Inclusiva pelo Brasil, com um foco especial nas pessoas com deficiência, explorando a influência de orientações internacionais para a educação.

Mariana Paula Pereira Scavoni, em 2016, trouxe uma abordagem que destaca o papel da comunidade na construção de escolas inclusivas, considerando que a participação ativa da comunidade é fundamental para a concretização desses movimentos.

Carolina Pereira Noya, também em 2016, questionou como a formação de gestores para a Educação Inclusiva está sendo moldada nos discursos educacionais contemporâneos, explorando a relação entre gestão educacional e inclusão escolar.

No entanto Borowsky, (2017), analisou a trajetória das políticas de Educação Especial no Brasil, no período de 2003 a 2014, identificando contradições, limites e avanços, bem como concepções de inclusão subjacentes.

Denise Ferreira da Rosa (2017) investigou as narrativas produzidas pelos acadêmicos da Educação para entender como essa formação contribui para a construção de modos de narrar os sujeitos com deficiência em um contexto de Educação Inclusiva. Por fim, Simoni Timm Hermes, também em 2017, buscou compreender a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva na escola contemporânea, com foco nos efeitos dessa articulação nos modos de subjetivação das professoras.

Esses estudos oferecem uma visão abrangente e multifacetada da pesquisa em Educação Especial e Inclusiva, contribuindo significativamente para a compreensão dos desafios e avanços nesse campo. Suas conclusões e *insights* enriquecem nosso conhecimento e fornecem uma base sólida para a continuidade deste estudo.

3. O PROCESSO DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA REFLEXÃO

Neste capítulo explorou com mais detalhes o assunto da Inclusão, com foco na metodologia adotada, analisando o processo de inclusão na atualidade, entendendo que isso colabora para uma compreensão mais ampla do avanço da sociedade. É essencial buscar sempre formas de valorizar a importância da vida de cada ser humano, respeitando a diversidade e a singularidade de cada indivíduo.

Dessa forma, a promoção da inclusão tem como finalidade garantir a equidade de oportunidades, acesso a recursos e participação na sociedade, independentemente das características ou origens de cada indivíduo. No contexto educacional, a inclusão busca a participação plena de todos os alunos, sem discriminação por questões físicas, mentais ou necessidades especiais. No Brasil, a Educação Inclusiva tem como propósito integrar alunos com deficiências, transtornos do desenvolvimento e talentos excepcionais nas instituições de ensino regulares, conforme previsto na legislação vigente. Por outro lado, a Educação Especial está voltada principalmente para alunos com deficiências e é oferecida, em sua maioria, em escolas tradicionais. Ambas as abordagens educacionais buscam valorizar as particularidades de cada aluno, fomentando um ambiente de aprendizado diversificado e proporcionando uma educação de excelência e dignidade para todos. Isso contribui para o desenvolvimento pessoal e a autonomia de cada indivíduo.

De acordo com Sousa; Nascimento (2018, p. 122) apontam que os desafios de uma Educação Inclusiva estão relacionados à "concretização de um ensino de qualidade para todos os estudantes, na busca do acesso e permanência e de respostas educativas com modificações no processar rotineiro da escola".

Tendo em vista o que o autor retrata, sabe-se que uma educação inclusiva de qualidade é aquela que tem como objetivo as melhorias relacionadas ao desenvolvimento da aprendizagem das pessoas com necessidades de apoio assistencial a educação, ou seja, nesse ponto se faz necessário que o ensino tenha melhorias e que se faça modificações no processo de desenvolvimento de proposta mais efetivas da área imposta para o ensino regular.

Sousa e Nascimento (2018) ressaltam os aspectos cruciais relacionados aos desafios da Educação Inclusiva. Em primeiro lugar, a referência à "concretização de

um ensino de qualidade para todos os estudantes" sublinha a necessidade de proporcionar um ambiente educacional que atenda às diversas necessidades dos estudantes, independentemente de suas habilidades, características ou deficiências. Isso implica reconhecer que a qualidade do ensino não deve ser comprometida pela inclusão, e sim enriquecida por meio dela.

A menção ao "acesso e permanência" destaca a importância, não apenas de admitir estudantes com diferentes necessidades, mas também de garantir que eles tenham condições de permanecer e progredir na escola. Isso envolve a criação de estruturas de apoio adequadas, bem como a implementação de práticas pedagógicas inclusivas que atendam às necessidades individuais dos estudantes ao longo de sua jornada educacional.

Por fim, a referência às "respostas educativas com modificações no processar rotineiro da escola" ressalta que a inclusão requer uma mudança significativa na cultura e nas práticas escolares. Isso implica em ajustar a forma como a escola funciona, de modo a acomodar a diversidade de seus estudantes. Essas modificações podem abranger desde adaptações curriculares, até a formação de professores para lidar eficazmente com estudantes com deficiência.

Porém, ainda é necessário conhecer e entender mais sobre a inclusão e como ela se desenvolve em diferentes espaços, contribuindo, assim, para a formação de uma sociedade inclusiva. Corroborando com os autores Veiga-Neto e Lopes (2007, p. 948) quando eles afirmam que

[...] É importante discutir a inclusão na medida em que, com esses debates, abre-se a oportunidade de problematizar várias questões sociais, culturais, políticas e pedagógicas que, de outra maneira, permanecem à sombra, ou seja, consideradas resolvidas ou, até mesmo, nem seriam vistas como problemas (Veiga-Neto; Lopes, 2007, p. 948).

As discussões desenvolvidas acerca da temática da inclusão abrem possibilidades de tensionar práticas que são apresentadas à sociedade como únicas e verdadeiras, amarrando-nos a uma teia no qual muitas vezes somos conduzidos a concordar sem a autonomia de questionar o andar das decisões a nós impostas.

Conforme o que ressalta Lopes e Fabris (2017, p. 19) reforçam que:

[...] Os discursos sobre a inclusão geram efeitos de verdade distintos nos sujeitos. Portanto, para analisar a inclusão não basta mapear o presente a partir da coleta de políticas, leis, regulamentos, histórias de vida, testemunhos, estatísticas etc. É condição para entender a sua emergência focar em acontecimentos passados, buscando estabelecer, sempre de

forma arriscada e perigosa, relações, acontecimentos desconexos, mas que são capazes de nos fazer entender aquilo que nos tornamos, aquilo pelo que lutamos e aquilo que acreditamos no presente (LOPES; FABRIS, 2017, p. 19).

Os discursos que são apresentados à sociedade precisam ser questionados e desenvolvidos dentro das comunidades, vivenciando assim práticas que indiquem que podemos construir um lugar justo, onde o preconceito e a desigualdade social não prevaleçam.

Partindo da noção de que a inclusão está relacionada a diferentes grupos, sejam eles relativos à raça, etnia, gênero, religião, deficiência etc., pode-se perceber, que a inclusão envolve o todo, e que ela não se destina a um único grupo.

[...] Na Contemporaneidade, a inclusão ocupa um lugar de imperativo de Estado. Imperativo porque toma a inclusão como um princípio categórico que, por ser evidente em si mesmo, é imposta de formas diferenciadas e de acordo com hierarquias de participação, a todas as formas de vida, sem exceção. Garantir para cada indivíduo uma condição econômica, escolar e de saúde, compatível com seu nível e sua rede de relações, pressupõe fazer investimentos para que a situação presente de pobreza absoluta, de falta de educação básica e de saúde, talvez se modifique em curto e médio prazo (LOPES; LOCKMANN; HATTGE; KLAUS, 2010, p. 6-7).

A inclusão como Imperativo de Estado apresenta-se como uma estratégia do governo de ter o controle sobre todos os indivíduos, ofertando dentro do sistema, formas de cada um ser empresário de si mesmo, que busca seu sustento social e econômico, tirando assim a responsabilidade que o Estado tem perante os sujeitos. Neste sentido e conforme anunciado no capítulo introdutório, a inclusão passou a ser percebida pelo governo como uma forma de conduzir todos para o jogo do mercado, a partir desse momento, leis foram criadas para conduzir a inclusão diante a sociedade.

[...] o governo tem de conhecer os mecanismos econômicos em sua natureza íntima e complexa. Depois de conhecê-lo, deve evidentemente comprometer-se a respeitar esses mecanismos. Respeitar esses mecanismos não quer dizer, contudo, que ele vai providenciar uma armadura jurídica que respeite as liberdades individuais e os direitos fundamentais dos indivíduos. Quer dizer simplesmente que ele vai munir sua política de um conhecimento preciso, contínuo, claro e distinto sobre o que acontece na sociedade (Foucault, 1979, p. 84).

A nossa sociedade é norteadada por leis, que nos embasam politicamente sobre os nossos direitos e deveres. Pensar a Inclusão é muito importante, pois vivemos em uma sociedade onde nos deparamos cotidianamente com um mundo em que a desigualdade na garantia dos direitos é uma recorrência. É compreender que

alguém em determinado tempo-espaco por causa da sua diversidade não teve seus direitos garantidos. Assim, refletir sobre a Inclusão é problematizar o dever do Estado para com o sujeito, para a manutenção da sua qualidade de vida, igualdade de direitos e de oportunidades. Ao pensar na Inclusão devemos nos questionar sobre sua implementação, afinal, ela é uma invenção do tempo moderno (Lopes, 2006, p. 1.). Porque cada indivíduo é único e tem suas singularidades; entre elas, a raça, a etnia, o gênero, a religião ou não etc. De acordo com Lopes (2009), a Inclusão pode assumir diferentes sentidos

[...] inclusão pode ser entendida como um conjunto de práticas que subjetivam os indivíduos a olharem para si e para o outro fundadas em uma divisão platônica das relações; também pode ser entendida como uma condição de vida em luta pelo direito de se autor representar, participar de espaços públicos, ser contabilizado e atingido pelas políticas de Estado. Ainda, a inclusão pode ser entendida como conjunto de práticas sociais, culturais, educacionais, de saúde, entre outras, voltadas para a população que se quer disciplinar, acompanhar e regulamentar. Por fim, ou resumindo, a palavra “inclusão” pode ser entendida como uma invenção de nosso tempo (Lopes, 2009, p. 10).

A autora nos convida a pensar na Inclusão como uma invenção moderna porque ela desperta na sociedade de hoje um olhar amplo para o mundo, compreendendo que nele deveria existir o reconhecimento dos espaços para todos os sujeitos. Tendo em vista a citação abaixo, nota-se que dentro do contexto de inclusão o estudo retrata que:

[...] É uma produção deste mundo que vem sendo articulada na Modernidade, ou seja, a inclusão carrega consigo o desejo da demarcação territorial e relacional da diferença. Vivemos a exaltação da diferença e dos discursos que proclamam a inclusão como um lugar de chegada para todos. Talvez, na ideia de inclusão como lugar de chegada, esteja a inviabilidade da invenção (Lopes, 2006, p.1).

Ao ver a Inclusão como lugar de chegada, paramos de tensionar sua existência diante da sociedade. Portanto, a inclusão não deve ser vista como um lugar de chegada, pois ela não diz respeito a colocar todos numa norma. Inclusão também não é o assistencialismo. Ao chegar em determinado ponto, significa que a caminhada foi concluída, e o processo de inclusão é contínuo. Não é colocar todos em uma norma, porque cada indivíduo apresenta as suas diferenças; o assistencialismo, por sua vez, se dá devido às condições de desigualdade extrema do nosso país, mas isso não é a inclusão. Inclusão tem a ver com considerar o sujeito na sua diferença, para que possa assim fazer parte do conjunto da sociedade.

Ao analisar o contexto que envolve a Inclusão, indaga-se a necessidade que se encontra frente à inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial. Diante dessa perspectiva, busca-se apropriar dos estudos que envolvem a temática da Inclusão pelo viés da Educação Especial. No entanto, é necessário, primeiramente, compreender o uso dos termos exclusão e inclusão, para assim pensar sobre a temática.

Conforme foi exposto por Lopes, Lockmann, Hattge e Klaus (2010, p. 6)

[...] Os usos dessas palavras podem ser associados à miséria vivida por um número muito grande de pessoas dentro do território brasileiro; podem, também ser associadas à designação de limites de fronteira entre o dentro e o fora, assim como podem ser associadas às situações de discriminação negativa por razões de raça/etnia, gênero, religião, deficiência, trabalho/emprego, educação etc. Da mesma forma, podem ser associados a um simples não estar junto em um mesmo espaço e/ou lugar definido por alguns representantes de grupos sociais específicos, como sendo o ideal, significativo. O que vale marcar é que, frente a um espectro tão variado de usos, preocupa-nos o esmaecimento da potência política de ambas as palavras (Lopes; Lockmann; Hattge; Klaus, 2010, p. 6).

Percebe-se que a exclusão é um campo vasto; a inclusão e a exclusão estão interligadas, pois em um determinado espaço, o sujeito pode estar incluído, ora excluído, porque para ele foram eleitos padrões de normalidade.

Neste contexto, é crucial o papel da escola, sendo que este ambiente escolar, tem como lugar o campo de estratégias que possam ajudar a desenvolver o principal objetivo que é a aprendizagem e a integração social do aluno com deficiência no contexto escolar. Sabendo que a escola é um ambiente que o aluno com deficiência deveria iniciar seu caminho para adquirir o conhecimento, tendo em vista a construção da aprendizagem que ajuda no desenvolvimento psicossocial do aluno. No entanto pode-se encontrar obstáculos no devido trajeto de sua evolução acadêmica, dentro de um contexto educacional se torna inaceitável que estes preceitos se tornem empecilhos que possam atrapalhar na aprendizagem mútua e escolar do aluno com deficiência.

Contudo, mesmo que juridicamente o direito a uma educação igualitária seja garantido, a realidade constatada revela que muitas crianças vivenciam o processo da exclusão, mascarado como inclusão. Há um significativo aumento nas matrículas de estudantes com deficiência no ensino básico regular. Segundo o Censo, entre os anos de 2014 e 2018, a matrícula de estudantes com alguma deficiência cresceu

33%. Esse aumento significativo foi consequência direta das orientações da LDB (9.394/96) e do Plano Nacional de Educação (PNE), que versa sobre a inclusão de todos os estudantes de 4 a 17 anos na escola.

Os estudantes com deficiência devem ser matriculados preferencialmente em ambientes de ensino inclusivos. Para isso, o Brasil deve garantir todo o sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados. Este Plano recomenda a correção de problemas arcaicos que resultam na segregação social dessas pessoas, deixando de lado as particularidades de cada sujeito, apenas visando um controle maior da sociedade e desses indivíduos ditos incluídos. Se alerta que para usufruir de uma Educação Inclusiva é preciso rever as propostas educacionais vigentes na sociedade contemporânea, amparando-se em políticas públicas que instituem a igualdade de oportunidades e acesso à escola para os indivíduos, reconhecendo e valorizando suas potencialidades, ao mesmo tempo em que possibilite condições para seu desenvolvimento.

Na sociedade moderna, o movimento de inclusão escolar tem sido debatido nas últimas décadas, especificamente encontra-se pautado na discussão do processo de ensino e aprendizagem para a pessoa com deficiência. Assim, a discussão sobre educação especial numa perspectiva inclusiva, enquanto proposta educacional registra avanços significativos ao longo dos anos 1990, com o reconhecimento do direito à educação para a pessoa com deficiência, realizada no mesmo espaço e com as mesmas condições de acesso, ou seja, se busca a superação de um modelo educacional segregacionista, graças às conquistas deliberadas na Constituição Federal de 1988.

Assim, para que a inclusão ocorra, é imprescindível uma mudança com relação à postura da sociedade, quebrando com os paradigmas instituídos, respeitando-se os indivíduos nas suas particularidades, e, dessa forma, construindo a inclusão. A escola deve ser capaz de promover essa inclusão, não apenas colocando os sujeitos no mesmo ambiente, mas promovendo a interação entre estes, pois desta forma existirá de fato a Educação Inclusiva.

3.1. EDUCAÇÃO ESPECIAL

A história revelou que as pessoas com deficiência ocuparam papéis distintos, os quais fundamentaram o tratamento desigual que lhes foi dispensado no decorrer dos séculos. Lançando mão da compreensão desse tratamento desigual, Albuquerque (2019) revela que na antiguidade grega, cuja sociedade baseava-se em um modelo agrícola exportador e a produção da riqueza estava fundamentada no trabalho manual dos escravos, as pessoas com deficiências mais severas, mentais e físicas, eram cuidados pela família e não tinham função social.

Baseado na compreensão de que a deficiência possuía uma natureza e, portanto, devia ser respeitada, refletida e analisada, a sociedade passa a buscar um *lòcus* para confinar o deficiente e tirá-lo de circulação. Para tanto, cria-se o primeiro hospital psiquiátrico para confinar pessoas com deficiência no século XVI. Essa medida representou a primeira tentativa de tratamento da deficiência e uma forma de as famílias deixarem as pessoas com deficiência, consideradas inválidas, em um local onde receberiam tratamento baseado na alquimia, na magia e na astrologia.

A partir do século XVII em outros países, a fase da negligência começa a ser alterada, entretanto no Brasil somente existiam pesquisas na esfera acadêmica, ou seja, as pessoas com deficiência física somente eram estudadas e não alvo de educação (Teles, 2018).

Nesta mesma ocasião, no nosso país, não existia nenhum interesse pela educação das pessoas consideradas idiotas e imbecis, persistindo, deste modo, na era da negligência (Mendes, 2010).

A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade, realizada em Salamanca, no ano de 1994, primou pela discussão do acesso e qualidade na construção de um sistema educacional inclusivo. De acordo com a Declaração de Salamanca (1994, p. 15), na área das necessidades educativas especiais foram definidas:

[...] novas concepções de necessidades educacionais especiais e as diretrizes para a ação a nível nacional: política e organização, fatores escolares, recrutamento e treino do pessoal docente, serviços externos de apoio, áreas prioritárias, perspectivas comunitárias, recursos necessários, e as diretrizes de ação a nível regional e internacional (Declaração de Salamanca, 1994, p. 15).

Partindo de uma concepção construtivista, percebe-se que por meio desse tratado acima relatado, pode-se construir o conceito de inclusão, tendo em vista as necessidades no que tange a busca pela qualidade de ensino que envolva todas as pessoas, sendo assim demonstra que as escolas vêm se modernizando e os professores cada vez mais se aperfeiçoando em suas práticas curriculares pedagógicas docente.

Nesse contexto, sobre a concepção escolar da inclusão, governantes buscam o controle sobre esses estudantes trazendo-os para dentro da escola regular. A educação especial chega como uma modalidade de ensino que garante a permanência do estudante com deficiência nos espaços comuns, no sentido de que todas as crianças estudem e aprendam conjuntamente, independentemente de diferenças ou de dificuldades.

O aprender junto, coletivamente, sabendo que todos somos diferentes e que as diferenças nos potencializam diante das dificuldades. “A diferença surge como possibilidade de resistência a políticas excludentes e práticas classificatórias e hierárquicas” (LOPES, 2007, p. 21). Através das diferenças mobiliza-se o respeito às singularidades de cada sujeito.

Neste ponto, notou-se que o atendimento inicial dirigido à pessoa com deficiência era feito a partir de duas vertentes na Educação Especial no Brasil: médico-pedagógica e psicopedagógica. A vertente médico-pedagógica diferenciava-se pela preocupação eugênica e higienizadora da comunidade do Brasil e refletiu, na Educação Especial, estimulando a criação de escolas em hospitais, constituindo-se em uma das tendências mais segregadoras de atendimento às pessoas com deficiência.

Historicamente, a educação especial no Brasil, destacou-se a partir de modelos assistencialistas, balizados por uma concepção de segregação caracterizada pela separação e isolamento dos estudantes com alguma deficiência física, mental ou sensorial. Quando o poder público resolveu assumir a educação especial no Brasil, no ano de 1957, esse fato foi concretizado através de campanhas com o objetivo de atender especificamente a cada deficiência, como foi o caso da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro (CESB).

Não obstante, essa ação e outras que se seguiram configuraram um conjunto de ações assistencialistas que envolveram práticas formais e informais que

priorizavam iniciativas isoladas do Estado, sem acesso a uma política pública universal para a educação de estudantes com deficiência.

A Lei nº 4.024/61 considerou que o direito ao atendimento educacional dos “excepcionais” este deve em seu modo ser realizado dentro do sistema de ensino, que de forma concisa vem estabelecendo em seu artigo 88º o destaque de que se deve integrar-se a pessoa com deficiência na comunidade onde os estudantes deveriam, de certa forma na medida do possível, sempre estar enquadrados no sistema de ensino de modo geral.

De acordo com Lozano (2019, p. 28) o autor relata que diante o refletido:

[...] Entende-se que nesse sistema geral estariam incluídos tanto os serviços educacionais comuns como os especiais, mas pode-se também compreender que, quando a educação de deficientes não se enquadrasse no sistema geral, deveria constituir um especial, tornando-se um subsistema à margem (Lozano, 2019, p. 28).

Portanto compreendeu-se que dentro desse contexto no que concerne à educação inclusiva, pauta-se que o aluno com deficiência pode está assim sendo acompanhado por meio de recursos de intervenção que utilizado de forma correta se tornariam simples instrumentos educacionais de uso para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem mediada pela educação assistida, tendo assim sua concretização por meio de múltiplas capacidades educacionais para o ensino regular.

Nesse aspecto, o texto da Lei citada anteriormente provocou uma compreensão dúbia em relação à expressão sistema geral de educação, tendo em vista que o termo geral pode ser utilizado no sentido genérico, alusivo à diversidade das situações variadas de ensino, ou no sentido universal, que se reporta à totalidade das situações que envolvem o processo educacional (Sá, 2018).

Não obstante, o que está preceituado no artigo citado anteriormente, contraria o que foi instituído no artigo nº 88 da Lei nº 4.024/61 em relação ao atendimento desses estudantes, pois afirma que poderá acontecer em ambiente específico, ou, ao mesmo tempo, assume o que está implícito nesse referido artigo, ou seja, que o ensino aos excepcionais possa acontecer no seio do sistema geral de educação.

Silva afirma essa dubiedade e assevera que (2009, p. 5):

[...] toda expansão das escolas e classes especiais que ocorreram, representou para o ensino regular, uma “carta na manga”, no intuito de responder a sua inadequação e seu fracasso frente às necessidades dos

seus estudantes. As classes especiais serviam como um depósito que excluía das escolas comuns os estudantes que estariam fracassando em seus estudos.

Podemos compreender, então, que apesar da pretensa universalização da educação para estudantes com deficiências, está ainda evidenciado o paradoxo da inclusão/exclusão, continuando a excluir os indivíduos considerados fora dos padrões homogeneizadores em razão de suas características físicas e intelectuais.

No caso específico da educação especial, o Ministério da Educação (MEC), cria, em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), com responsabilidade de gerenciar a educação especial em todo o Brasil, sob a concepção da integração, impulsionando as ações educacionais direcionadas para as pessoas com deficiência e com superdotação.

A tendência da integração escolar, de acordo com Mantoan (2006a, p. 8), "[...] é uma forma de inserção na sala de aula que depende do estudante, ou seja, do nível de sua capacidade de adaptação às opções do sistema escolar". Essa integração pode ocorrer em ambientes escolares comuns, em ambientes educacionais especializados ou em instituições dedicadas à educação especial. Na tendência da integração, a escola mantém suas normas e seu conservadorismo, não se adequando à necessidade do estudante.

A integração acontece na medida em que o estudante com deficiência terá momentos de socialização com seus colegas de turma. Nesse contexto, de acordo com Borges, Pereira e Aquino (2012, p. 2), "[...] a integração na escola comum, portanto, não será para todos os estudantes com necessidades especiais, senão somente para aqueles que possam se adaptar às classes regulares. Os demais serão encaminhados para escolas ou salas especiais".

A citação traz à tona um aspecto importante da discussão sobre inclusão na educação. Ela destaca a ideia de que a integração na escola comum não é uma abordagem que necessariamente se aplica a todos os estudantes com necessidades especiais. Em vez disso, essa abordagem se destina àqueles estudantes que têm a capacidade de se adaptarem às classes regulares, ou seja, aqueles que podem participar plenamente e se beneficiar das configurações de ensino comuns.

Essa citação também aponta para uma realidade da Educação Inclusiva, que é a necessidade de oferecer alternativas para aqueles estudantes que não se encaixam ou não se beneficiam das classes regulares. Essas alternativas podem

incluir escolas ou salas especiais, que são projetadas para atender às necessidades específicas desses estudantes.

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão educacional visa promover a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais. Portanto, o desafio é encontrar maneiras de tornar as classes regulares mais inclusivas e adaptáveis, de modo a acomodar uma ampla gama de diferenças individuais. Isso envolve, não apenas adaptações curriculares, mas também o desenvolvimento de estratégias pedagógicas inclusivas e o apoio adequado aos professores para lidar com a diversidade dos estudantes em suas salas de aula.

Baseado no exposto anteriormente, concluiu-se que os estudantes considerados especiais serão direcionados para classes especiais, demonstrando o despreparo da escola regular para atendê-los, o que ressalta a ideia da segregação e a desconsideração pelo fato de que as diferenças são comuns a todos os sujeitos e não somente para os que possuem necessidades específicas.

Através da Constituição Federal de 1988, o artigo 3º, Inciso IV declara “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de *discriminação*” (BRASIL, 1988), definindo, no artigo 205, que a “educação é um direito de todos” (BRASIL, 1988), que, portanto, deve garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, com o exercício da cidadania, qualificando para o trabalho.

Nesse aspecto, no artigo 206, inciso I, este estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola” como um dos princípios para o ensino, garantindo, por meio do artigo 208, o dever do Estado em ofertar o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência¹, preferencialmente na rede regular de ensino. A respeito da nomenclatura portadores de deficiência, a Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica em todas as suas etapas e modalidades, no seu artigo 1º, traz a nova expressão necessidades educacionais especiais.

¹ Portadores de deficiência: termo usado para nominar as pessoas com deficiência entre os anos de 1986 e 1996, com flexões no feminino e no plural. O uso deste termo dava a ideia de que a deficiência era uma coisa que se portava, tendo sido aprovado em 13/12/2006, o uso do termo pessoa(s) com deficiência pela Assembleia Geral da ONU (Possá, 2013, p.12).

No que discerne os fundamentados que estão exposto até o momento em contexto ao texto legislativo de Lei da Constituição Federal, percebe-se que essa proposta que envolve a criação de um novo sistema educacional de forma igualitária vem denotando um processo de reflexão que em sua proposta possibilita a significativa efetivação nas transformações conceituais, dentro do contexto político e na esfera pedagógica, ou seja, este ponto vem demonstrando uma relevante coerência conforma a concepção pelos direitos de todos à educação, sendo este preconizado na referida Constituição de Lei Federal.

O Decreto 10.520/2020, promulgado em 26 de outubro de 2020, emerge como um marco importante no contexto da educação especial no Brasil. Este instrumento legal estabelece diretrizes fundamentais para a concretização da Política Nacional de Educação Especial, visando assegurar o acesso, a permanência e o sucesso de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na rede regular de ensino. Esta discussão visa destacar a significativa influência desse decreto na promoção da igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de suas necessidades especiais.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (Decreto Nº 10.502, de 30 de setembro de 2020).

Uma das principais características do Decreto 10.520/2020, em seu artigo 4º, inciso III, é a ênfase da obrigatoriedade do Atendimento Educacional Especializado (AEE) como parte integrante do processo educacional de estudantes com deficiência. Isso reflete o compromisso do governo em garantir que esses estudantes recebam o suporte necessário para seu desenvolvimento acadêmico e social. Além disso, o decreto sublinha a necessidade de matricular esses estudantes nas escolas comuns, promovendo, assim, a convivência com seus pares. Esse enfoque é fundamental para a construção de uma sociedade mais inclusiva, onde a diversidade é valorizada e respeitada desde a educação básica.

No entanto, é importante reconhecer que a efetiva implementação do Decreto Nº. 10.520/2020 enfrenta desafios práticos consideráveis. A formação de professores

é um desses desafios, uma vez que é essencial preparar os educadores para atender às necessidades especiais dos estudantes de forma adequada. Além disso, a adaptação das estruturas físicas das escolas, a disponibilidade de recursos pedagógicos e tecnológicos apropriados e a compatibilidade das políticas educacionais estaduais e municipais com as diretrizes do decreto são questões que precisam ser abordadas cuidadosamente.

Em resumo, a discussão neste capítulo enriquecerá a compreensão das políticas públicas que impactam a educação especial e como essas políticas podem ser implementadas eficazmente para promover a inclusão e a equidade no sistema educacional brasileiro. No caso específico da escola para estudantes com necessidades específicas, a tendência da inclusão se pauta no princípio da diversidade.

A esse respeito, de acordo com Silva (2017, p. 28):

[...] O vocabulário integração é abandonado, uma vez que o objetivo é incluir um estudante ou um grupo de estudantes que já foram anteriormente excluídos; a meta primordial da inclusão é a de não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo. As escolas inclusivas propõem um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os estudantes e que é estruturado em virtude dessas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar somente os estudantes que apresentam dificuldades na escola, mas apoia a todos: professores, estudantes, pessoal administrativo, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.

Acrescenta-se ainda que a concepção da inclusão pretende abolir a segregação, tendo em vista que fundamentado nessa concepção, os estudantes passariam a se desenvolver conjuntamente em um ambiente rico e variado.

Para alguns educadores a proposta da inclusão é compreendida como simplesmente inserir os estudantes nas classes regulares, sem levar em consideração o aspecto que, mesmo incluído em uma classe regular e integrado aos estudantes colegas de turma, não significa que este estudante está se apropriando da construção do conhecimento.

Na verdade, o que se espera é que a partir de uma educação especial, o estudante se torne suficientemente competente para acompanhar o ensino regular, conforme Barboza; Azevedo Júnior (2017, p. 24) “[...] para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros e não o contrário”. O autor

ênfata um ponto fundamental na discussão sobre inclusão social e Educação Inclusiva: a necessidade de uma mudança na perspectiva da sociedade. Ela destaca que a inclusão de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças, requer uma transformação da sociedade em si, de modo que seja capaz de atender às necessidades de todos os seus membros.

Essa perspectiva coloca a ênfase na responsabilidade da sociedade em se adaptar e se modificar para acomodar a diversidade e as necessidades individuais das pessoas. Em vez de esperar que os indivíduos com diferenças se ajustem aos padrões e estruturas sociais existentes, a sociedade deve reconhecer sua responsabilidade em criar um ambiente inclusivo que permita a participação plena de todos.

Isso tem implicações significativas na Educação Inclusiva. Significa que as escolas e instituições de ensino não devem apenas acomodar os estudantes com necessidades especiais, mas também adotar uma abordagem proativa na criação de ambientes educacionais inclusivos desde o início. Isso envolve a eliminação de barreiras físicas, a adaptação de práticas pedagógicas e a promoção de uma cultura de aceitação e respeito pela diversidade.

Deste modo, os recursos especiais e caminhos alternativos não ficam dispensados, porque o estudante está frequentando uma escola regular. Deste modo, pressupõe-se políticas educacionais claras, coerentes e fundamentadas nas relações sociais.

3.2. A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NA INCLUSÃO ESCOLAR

Não são poucos os casos em que as pessoas confundem o conceito de Atendimento Educacional Especializado (AEE) com Educação Especial e com Inclusão Escolar. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 208, inciso III, institui, a respeito do atendimento educacional especializado, “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Além do mais, a Lei Brasileira de Inclusão (13.146/2016) de igual maneira prescreve em vários pontos do artigo 28º, a necessidade de o Estado garantir dentro das escolas este mesmo atendimento, seja na realização do projeto pedagógico seja

nos demais serviços e faça as adequações necessárias, para atender às peculiaridades dos estudantes, de forma a garantir o seu desenvolvimento e em igualdade de acesso aos componentes curriculares.

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem como finalidade a inclusão de todos, sem fazer distinção, garantindo assim, uma educação universal, com o compromisso das peculiaridades de cada estudante, com a finalidade de alcançar um objetivo, isto é, com as individualidades, no que diz respeito à pessoa com deficiência, especialmente a deficiência mental. Desta maneira é necessário um espaço que não seja médico, garantido para um fim tipicamente educativo (DEMO, 2021).

Diante disto, percebe-se que o propósito do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é, por meio de pessoas especializadas, disponibilizar na escola, atividades e recursos que possuam finalidade pedagógica, que sejam realizados fora do horário de aula, no atendimento a estudantes com deficiência. Se faz necessário ressaltar que este atendimento deve ser garantido a todos os níveis de escolaridade e pode ser feito no ambiente escolar, desde que possua espaço e estrutura com tal finalidade; ou até mesmo em outra instituição desde que seja voltada para esta finalidade, com a aceitação dos pais ou responsáveis ou mesmo com sua presença no local das atividades.

[...] O AEE é realizado, prioritariamente, na sala de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular, no turno inverso da escolarização, não sendo substitutivo às classes comuns, podendo ser realizado, também, em centro de Atendimento Educacional Especializado da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com a Secretaria de Educação ou órgão equivalente dos estados, Distrito Federal ou dos municípios. (BRASIL, 2009, p, 27).

Como já citado anteriormente o AEE, deve acontecer fora do horário das aulas regulares, sendo complemento delas, uma vez que sua natureza é diferenciada, pois destina-se ao atendimento das particularidades da deficiência de cada estudante. Isto é, “a função do AEE e do professor que atua nesse serviço, tem-se a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade que possibilitem a plena participação dos estudantes” (Bridi, 2011, p. 77).

Desta forma, constatou-se que o AEE ocorre de maneira semelhante a outros cursos e atividades que completam a instrução e o ensino recebido e desenvolvido

na educação básica. A única diferença entre estes cursos complementares e o AEE é que ele está previsto e assegurado em lei, garantindo assim que estudantes com deficiência, qualquer que seja ela, sejam incluídos na educação básica, promovendo uma experiência saudável. Garantia esta, que não pode ser única e exclusiva aos estudantes com deficiência; estes possuem direitos que lhe asseguram a condição de igualdade no ensino, garantindo que se socializem com outras pessoas de sua faixa etária. Este convívio social se faz de extrema importância contra a discriminação, e ainda é benéfico para o seu desenvolver cognitivo e social, e de igual forma, o desenvolvimento da amabilidade entre os estudantes e docentes, tornando o ambiente de aprendizado saudável.

Cabe ressaltar, no intuito de desmoldar padrões do ensino especializado como meio de substituir a educação regular comum a todos na escola, que este modelo não tem como objetivo substituir a educação regular, pois ela não pode ser conceituada como um nível de estudo. Desta maneira, os estudantes com deficiência devem receber o AEE de forma complementar, e assim, dentro das classes regulares ter permanência e acesso, com igual condição aos demais estudantes, como forma de inclusão.

Assim, os estudantes com deficiência devem receber o AEE complementarmente, garantindo-lhes acesso e permanência dentro das classes regulares de ensino, pois a gestão da inclusão é responsabilidade de todos (Lopes; Lockmann; Hattge; Kaus, 2010): da comunidade escolar, gestor, porteiro, ocorrendo, principalmente, na sala de aula, entre os professores e colegas.

[...] se todos são responsabilizados, todos podem intervir para que a inclusão 'dê certo', todos podem governar, todos estão subjetivados por ela; se todos são responsáveis pela inclusão de todos em diferentes esferas, é objetivo comum o governo pela educação (Possá, 2013, p. 121).

Ainda que a Educação Especial seja imposta na Escola Regular buscando o salvacionismo, precisamos tensionar sobre o lugar que essas práticas colocam esse estudante, lembrando que:

[...] dentro das escolas: os deficientes/diferentes/anormais/e os normais; eles e a gente; os outros estranhos e nós. Definimos quem "eles" são, em que lugar estamos e onde "eles" devem ficar: aqui e lá, dentro e fora, no centro e à margem" (Menezes, 2008, p.10).

No decorrer de tais práticas, mesmo com o intuito de tentar incluir esse estudante no ambiente, acabamos por excluí-lo. Nesse movimento ocorre a in/exclusão, pois o estudante está ali, porém excluído de determinado grupo.

Os docentes, desta forma, têm um papel fundamental, pois são eles que irão dar suporte para que haja a inclusão e a sensação de que são importantes ocorra no ambiente escolar. Quando se fala do atendimento especializado como complemento é possível se construir uma Educação Inclusiva efetivamente, para que os estudantes com deficiência possam desenvolver seu potencial social e suas habilidades cognitivas.

Por isso, a necessidade de dialogarmos acerca das salas de multifuncionais, pois significa a construção do processo de inclusão no ambiente escolar a fim de que os estudantes possam se sentir incluídos no campo educacional.

4. AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS EM INVESTIGAÇÃO: UMA REFLEXÃO EM UMA ESCOLA MUNICIPAL DE BREJO SANTO/CE

A sala de recursos multifuncionais tem um papel de grande relevância no município de Brejo Santo, tendo em vista que este recurso está sendo inserido em diversos ambientes escolares com o intuito de contribuir para que a escola cumpra sua função social e estructure propostas pedagógicas que valorizem as diferenças e a inclusão, combinando a acolhida e mediante o acesso à participação na classe regular e o Atendimento Educacional Especializado.

As Sala de Recursos Multifuncionais, conforme Roazzi e Sarmiento (2018): são espaços inclusivos, que buscam garantir a igualdade de oportunidades educacionais para todos os estudantes, independentemente de suas diferenças e limitações. Essas salas são concebidas com base em uma perspectiva pedagógica inclusiva, considerando as necessidades individuais de cada estudante e proporcionando recursos e estratégias adequadas para seu desenvolvimento.

De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), as SRMs são ambientes equipados com recursos pedagógicos diversificados, que visam atender às necessidades individuais dos estudantes com deficiência. Essas salas devem ser organizadas de forma a garantir o acesso igualitário dos estudantes aos recursos disponíveis, promovendo sua autonomia e proporcionando o suporte necessário para o desenvolvimento de suas habilidades.

As características das SRMs podem variar de acordo com a realidade de cada instituição de ensino, mas algumas características comuns podem ser destacadas:

1. Recursos e materiais pedagógicos diversificados: As Salas de Recursos Multifuncionais são equipadas com uma variedade de recursos e materiais pedagógicos específicos, que atendem às necessidades individuais dos estudantes. Esses recursos podem incluir materiais adaptados, jogos educativos, softwares especializados, materiais manipulativos, recursos de comunicação alternativa e ampliada, entre outros.
2. Ambiente flexível e adaptável: As salas devem oferecer um ambiente flexível e adaptável, que possa ser ajustado de acordo com as necessidades dos estudantes. Isso envolve a disposição dos móveis de forma a permitir a circulação

dos estudantes, a organização dos recursos de maneira acessível e a possibilidade de adaptação do espaço físico para atender às diferentes necessidades dos estudantes.

3. Equipe multidisciplinar: Para garantir o atendimento adequado aos estudantes, as SRMs contam com uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais especializados, como professores de educação especial, psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, entre outros. Essa equipe trabalha de forma colaborativa, buscando promover a inclusão e o desenvolvimento pleno dos estudantes.

4. Parceria com a escola regular: As SRMs devem estabelecer uma relação de parceria com a escola regular, trabalhando em conjunto com os professores e demais profissionais da instituição. Essa parceria envolve o compartilhamento de informações, o planejamento conjunto de estratégias pedagógicas e a discussão de práticas inclusivas que beneficiem todos os estudantes.

No decorrer deste capítulo, serão abordados aspectos relevantes sobre o papel das salas de recursos multifuncionais na Educação Inclusiva. A seguir, serão explorados tópicos que destacam a importância desses espaços na promoção da igualdade de oportunidades educacionais, no atendimento especializado e na adaptação das práticas pedagógicas às necessidades dos estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação.

4.1. IGUALDADE DE OPORTUNIDADES EDUCACIONAIS

Segundo Carvalho e Silva (2017), a igualdade de oportunidades educacionais é um dos princípios fundamentais da Educação Inclusiva. Significa que todos os estudantes têm o direito de receber uma educação de qualidade, participar plenamente das atividades escolares e ter suas necessidades individuais atendidas. Nesse sentido, as salas de recursos multifuncionais desempenham um papel essencial ao oferecer suporte especializado e recursos adaptados às necessidades específicas de cada estudante, garantindo que eles possam participar ativamente das aulas e alcançar seu potencial máximo.

De acordo com Mendes; Batista (2019), a Educação Inclusiva busca a superação das desigualdades e a promoção da equidade, garantindo que todos os estudantes tenham acesso aos mesmos recursos e oportunidades educacionais.

Isso permite que eles tenham acesso a um ensino de qualidade, participem das atividades escolares de maneira significativa e desenvolvam suas habilidades e competências.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2006, reafirma o direito de todas as pessoas com deficiência à Educação Inclusiva e de qualidade. Nesse contexto, as Salas de Recursos Multifuncionais (SRMs) são um meio eficaz de promover a igualdade de oportunidades educacionais para os estudantes com deficiência. Esses espaços oferecem suporte individualizado, recursos adaptados e estratégias pedagógicas diferenciadas, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso pleno ao currículo escolar e possam participar ativamente da vida escolar.

Dessa forma, as salas de recursos multifuncionais (SRMs) desempenham um papel essencial na promoção da igualdade de oportunidades educacionais, assegurando que todos os estudantes, independentemente de suas necessidades educacionais especiais, tenham acesso a uma Educação Inclusiva, de qualidade e equânime.

4.2. ATENDIMENTO ESPECIALIZADO

De acordo com Mendes; Batista (2019), o atendimento educacional especializado é uma das modalidades de apoio da Educação Inclusiva. Ele visa garantir que os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação tenham acesso a recursos e práticas pedagógicas que favoreçam sua aprendizagem e desenvolvimento pleno.

O Ministério da Educação do Brasil (2008) destaca a importância do atendimento educacional especializado como um direito dos estudantes com necessidades educacionais especiais. Esse atendimento visa promover a inclusão escolar e garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade. Nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), esse atendimento é realizado por profissionais especializados, como os professores de educação especial, que possuem conhecimentos e habilidades específicas para atender às necessidades educacionais dos estudantes.

Segundo Freire et al. (2021), o atendimento especializado nas salas de recursos multifuncionais (SRMs) deve ser pautado em uma abordagem inclusiva e centrada no estudante. Isso significa considerar as particularidades de cada

estudante, suas potencialidades e dificuldades, e promover estratégias pedagógicas individualizadas para favorecer seu aprendizado.

Além disso, o atendimento especializado nas salas de recursos multifuncionais (SRMs) envolve a colaboração entre os profissionais da educação, incluindo os professores da escola regular, os professores de educação especial e outros profissionais de apoio. Essa parceria é essencial para o planejamento e implementação de estratégias educacionais adequadas às necessidades individuais dos estudantes, bem como para a troca de conhecimentos e experiências.

4.3. ADAPTAÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Segundo Carvalho; Silva (2017), a adaptação das práticas pedagógicas é um dos pilares da Educação Inclusiva. Isso significa que os professores devem buscar diferentes estratégias e abordagens para atender às necessidades individuais de cada estudante, levando em consideração suas características e potencialidades. Nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), os professores de educação especial desempenham um papel fundamental ao colaborar com os professores da escola regular na adaptação das práticas pedagógicas, compartilhando estratégias diferenciadas e recursos adaptados.

A utilização de recursos didáticos diferenciados é uma das formas de adaptar as práticas pedagógicas. Conforme Glat *et al.* (2018), os recursos podem incluir materiais pedagógicos adaptados, como livros em braile, materiais manipulativos, recursos digitais acessíveis, entre outros. Esses recursos auxiliam no processo de ensino e aprendizagem, possibilitando que os estudantes com necessidades educacionais especiais tenham acesso aos conteúdos curriculares de maneira adequada e inclusiva.

A flexibilização do currículo é outro aspecto importante na adaptação das práticas pedagógicas. Conforme Guimarães e Borges (2020), a flexibilização curricular consiste em ajustar o currículo escolar às necessidades dos estudantes, levando em consideração seus interesses, ritmos de aprendizagem e estilos cognitivos. Nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), os professores podem trabalhar em conjunto para adaptar o currículo, identificando as habilidades prioritárias a serem desenvolvidas e utilizando estratégias pedagógicas diferenciadas para promover a participação e o sucesso dos estudantes.

É importante ressaltar que a adaptação das práticas pedagógicas não se limita apenas aos recursos e ao currículo, mas também envolve a promoção de um ambiente inclusivo e acolhedor. Segundo Freire *et al.* (2021), é fundamental criar um ambiente em que todos os estudantes se sintam valorizados, respeitados e pertencentes, independentemente de suas diferenças. Nas (SRMs), os professores podem fomentar a colaboração, a cooperação e o respeito mútuo entre os estudantes, promovendo a inclusão social e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais.

4.4. PROMOÇÃO DA INTERAÇÃO E SOCIALIZAÇÃO

Segundo Mantoan (2006b), a interação entre os estudantes é essencial para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), os professores têm o papel de criar estratégias e atividades que incentivem a interação entre os estudantes, promovendo a colaboração, a troca de experiências e a construção coletiva do conhecimento. Essas interações são fundamentais para a formação de uma comunidade escolar inclusiva, em que cada estudante se sinta valorizado e respeitado.

A socialização também desempenha um papel importante na promoção da inclusão nas salas de recursos multifuncionais (SRMs). Conforme Santos e Nunes (2019), a socialização é o processo pelo qual os indivíduos aprendem e internalizam normas, valores e comportamentos sociais, permitindo-lhes participar plenamente da vida em sociedade. Nas salas de recursos, os estudantes têm a oportunidade de interagir com colegas que têm diferentes habilidades e características, o que contribui para o desenvolvimento de habilidades sociais, empatia e respeito à diversidade.

A colaboração entre os estudantes também é um aspecto importante na promoção da interação e socialização. De acordo com Aguiar e Carvalho (2020), a colaboração envolve a troca de ideias, o trabalho em equipe e a cooperação entre os estudantes. Nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), os professores podem criar atividades colaborativas que promovam a interação entre os estudantes, incentivando-os a compartilhar conhecimentos, experiências e recursos. Essa colaboração permite que os estudantes aprendam uns com os outros, reconheçam

suas habilidades complementares e valorizem a diversidade presente no ambiente escolar.

Além disso, é importante destacar que a promoção da interação e socialização nas SRMs também envolve a sensibilização de toda a comunidade escolar. Conforme Chizzotti *et al.* (2021), é necessário criar um ambiente acolhedor e inclusivo, em que todos os membros da escola reconheçam a importância da convivência harmoniosa e respeitosa. A formação de professores e a sensibilização dos demais profissionais, pais e estudantes são fundamentais para garantir a efetividade das práticas de interação e socialização nas SRMs.

4.5. DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS ACADÊMICAS E SOCIOEMOCIONAIS

Nas salas de recursos multifuncionais (SRMs), além de se promover a inclusão e a interação, é fundamental o desenvolvimento de competências acadêmicas e socioemocionais dos estudantes. A Educação Inclusiva não se resume apenas ao acesso à escola, mas também à garantia de uma educação de qualidade, que promova o pleno desenvolvimento de cada estudante.

No contexto das salas de recursos multifuncionais (SRMs), os professores têm um papel crucial na promoção do desenvolvimento de competências acadêmicas. Segundo Araújo (2018), é necessário adotar estratégias pedagógicas diferenciadas que atendam às necessidades específicas dos estudantes, considerando seus estilos de aprendizagem, ritmos individuais e interesses. Os professores devem criar atividades que estimulem o pensamento crítico, a criatividade, a resolução de problemas e a autonomia dos estudantes. Essas competências acadêmicas são essenciais para o sucesso escolar e para a preparação dos estudantes para os desafios futuros.

Além das competências acadêmicas, as salas de recursos multifuncionais (SRMs) têm um papel importante no desenvolvimento das competências socioemocionais dos estudantes. Segundo Zins *et al.* (2004), as competências socioemocionais referem-se às habilidades de reconhecer e gerir emoções, estabelecer relações saudáveis, tomar decisões responsáveis e lidar com adversidades. Nas SRMs, os professores podem criar atividades que promovam a empatia, a colaboração, a comunicação assertiva e a resolução de conflitos. O

desenvolvimento dessas competências socioemocionais é fundamental para o bem-estar emocional dos estudantes, o fortalecimento das relações interpessoais e a construção de uma sociedade mais inclusiva.

4.6. COLABORAÇÃO COM A EQUIPE ESCOLAR E A FAMÍLIA

A colaboração entre a equipe escolar e a família desempenha um papel fundamental nas salas de recursos multifuncionais (SRM), visando proporcionar um ambiente de apoio e suporte adequado aos estudantes com necessidades educacionais especiais. A parceria entre esses dois agentes é essencial para o desenvolvimento de práticas inclusivas efetivas e para o alcance dos melhores resultados educacionais.

A equipe escolar, composta por professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais profissionais, desempenha um papel central na implementação das estratégias pedagógicas inclusivas nas SRMs. Segundo Forte e Flores (2012), a colaboração entre os profissionais da equipe escolar permite a troca de experiências, a reflexão conjunta e o planejamento de ações pedagógicas adequadas às necessidades de cada estudante. Essa colaboração contribui para a efetividade do atendimento educacional especializado e para o desenvolvimento de práticas inclusivas que promovam a aprendizagem de todos os estudantes.

A colaboração com a família também é fundamental para o sucesso das práticas inclusivas nas SRMs. De acordo com Sauerwein (2015), a família possui um conhecimento profundo sobre o seu filho, suas necessidades, interesses e habilidades. Ao envolver a família no processo educacional, é possível fortalecer a parceria entre escola e família, compartilhar informações relevantes, alinhar expectativas e trabalhar de forma colaborativa em benefício do estudante.

É importante ressaltar que a colaboração com a equipe escolar e a família deve ser pautada pelo respeito mútuo, pela escuta ativa e pela valorização das diferentes perspectivas. Segundo Souza *et al.* (2020), é essencial que haja um ambiente acolhedor e propício para a troca de informações e para o diálogo entre os envolvidos. A colaboração deve ser baseada na confiança, na transparência e no reconhecimento do papel de cada um na promoção da Educação Inclusiva.

5. PRÁTICAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS NA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Muito se tem discutido ainda sobre a educação inclusiva e suas práticas pedagógicas nas salas de recursos multifuncionais, pois a mesma vem se tornando uma ferramenta de excelente prática para o desenvolvimento da aprendizagem do aluno, porém a mesma vem trazendo em seu contexto uma série de problemas referente à maneira pela qual se tem de se trabalhar com alunos nesse sentido de inclusão.

Neste contexto, quando se fala em educação inclusiva tem se a necessidade de se refletir sobre como a escola em meio a sua construção de valores, pode incluir estes alunos dentro das suas regras e normas de convivência no ambiente escolar. Tendo em vista que o aluno de inclusão precisa de certa forma receber um atendimento individualizado com o acompanhamento necessário para o seu desenvolvimento que abordem suas práticas pedagógicas. Sendo assim, é essencial demonstrar os seguintes tópicos relacionados a temática do capítulo.

5.1 ABORDAGENS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

No que se refere as abordagens de cunho pedagógico em torno da prática da educação inclusiva, as salas de recursos multifuncionais têm se tornado uma ferramenta muito importante e tem se tornado uma das formas mais frequentes de atendimento à pessoa com deficiência. No entanto no que concerne ao desenvolvimento do processo de inclusão, a sala de recursos só pode ser considerada instrumento de inclusão se a ação pedagógica acontecer, conforme foi apresentada no contexto legal, tendo em vista que desde que consiga atender à diversidade, o propósito de assegurar ao aluno a inclusão tem sido cada vez mais uma situação de aprendizagem no ensino regular.

Neste ponto, o fato de a criança estar na escola regular tem sido um ponto crucial, pois conviver com o outro não é suficiente para suprir as necessidades que cada indivíduo tem em relação as aprendizagens educacionais dos alunos com deficiência. Sendo assim sabe-se que a aprendizagem tem se tornado um elemento essencial que pode garantir a inclusão do aluno no ambiente escolar.

As abordagens pedagógicas inclusivas são fundamentais para promover a participação e o desenvolvimento de todos os alunos na Sala de Recursos Multifuncionais. Diversos autores contribuem com suas pesquisas e teorias, fornecendo embasamento para essas abordagens.

Uma abordagem amplamente adotada é a pedagogia centrada no aluno, que valoriza a individualidade e a participação ativa dos estudantes em seu processo de aprendizagem. Conforme aborda Vygotsky (1984) o autor aponta que a importância da interação social e da mediação do professor no desenvolvimento cognitivo e socioemocional dos alunos. Nessa abordagem, os professores atuam como facilitadores, promovendo a construção de conhecimento por meio de atividades colaborativas e desafiadoras.

Outra abordagem relevante é a pedagogia diferenciada, que reconhece a diversidade dos alunos e busca oferecer estratégias e recursos pedagógicos adequados para atender às suas necessidades individuais. Mantoan (2006) ressalta a importância da adaptação do currículo, da utilização de materiais acessíveis e da criação de ambientes de aprendizagem inclusivos. Nessa abordagem, os professores buscam promover a igualdade de oportunidades, considerando as diferentes formas de aprender e as necessidades específicas de cada aluno.

Além disso, a abordagem da educação inclusiva baseada nos direitos humanos também é relevante. Santos e Nunes (2019) argumentam que essa abordagem se baseia no princípio de que todas as pessoas têm o direito à educação de qualidade, independentemente de suas características individuais. Ela promove a valorização da diversidade, a promoção da igualdade de oportunidades educacionais e o respeito à dignidade de todos os estudantes.

Essas abordagens pedagógicas são fundamentais para orientar as práticas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais, garantindo que todos os alunos sejam valorizados e tenham suas necessidades atendidas.

Neste contexto pode-se constatar em um estudo recente sobre educação inclusiva que a diversificação das práticas pedagógicas é algo que oferece ganhos importantes para educação inclusiva. Sendo assim, a sala de recursos multifuncionais que em meio as adaptações vêm agindo de forma positiva e vantajosa para o desenvolvimento do aluno com deficiência, pois torna-se possível explorar diferentes recursos que cada vez mais se torna importante no Atendimento Educacional Especializado.

No que diz respeito as abordagens mencionadas anteriormente, outras perspectivas teóricas e práticas também contribuem para as práticas pedagógicas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais, ou seja, nesse sentido, é importante explorar algumas dessas abordagens e suas respectivas contribuições.

Tendo em vista o contexto do assunto, uma abordagem cada vez mais relevante é a teoria do construtivismo, que na proposta imposta por Piaget (1976). tem sido uma teoria, onde os alunos devem construir seu conhecimento ativamente por meio da interação com o ambiente e dos processos mentais que ocorrem internamente. Na Sala de Recursos Multifuncionais, os professores podem aplicar os princípios do construtivismo, criando situações de aprendizagem desafiadoras, nas quais os alunos são incentivados a explorar, experimentar e refletir sobre os conteúdos.

Outra abordagem importante é a pedagogia da diversidade, que enfatiza a valorização das diferenças individuais e a promoção de uma cultura inclusiva na sala de aula. Nessa perspectiva, é essencial reconhecer e valorizar a diversidade presente na turma, envolvendo os alunos em atividades que promovam a interação, o respeito mútuo e a valorização das diferentes perspectivas. Autores como Guimarães e Borges (2020) discutem a importância dessa abordagem na construção de uma educação inclusiva e destacam a necessidade de uma prática docente sensível às demandas dos estudantes.

Ademais, a pedagogia colaborativa também se destaca como uma abordagem relevante na Sala de Recursos Multifuncionais. Essa abordagem enfatiza a importância da colaboração entre os profissionais da educação, alunos e suas famílias no processo de aprendizagem. Chizzotti et al. (2021) defendem que a colaboração é fundamental para a promoção da inclusão, uma vez que permite a troca de conhecimentos, experiências e recursos, possibilitando uma educação mais efetiva e enriquecedora para todos os envolvidos.

Essas abordagens pedagógicas proporcionam um referencial teórico sólido para orientar as práticas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais. Ao adotar uma perspectiva construtivista, da diversidade e colaborativa, os professores podem criar um ambiente propício ao desenvolvimento pleno dos alunos, considerando suas singularidades e promovendo a participação ativa de todos.

5.2. RECURSOS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS INCLUSIVAS

Na Sala de Recursos Multifuncionais, a utilização de recursos e estratégias pedagógicas inclusivas desempenha um papel fundamental na promoção da aprendizagem e na participação ativa dos alunos com necessidades educacionais especiais. Diversos autores têm contribuído com pesquisas e propostas de recursos e estratégias que auxiliam os professores nesse processo.

Uma estratégia pedagógica inclusiva amplamente discutida é a utilização de tecnologias assistivas. Essas tecnologias podem ser recursos físicos, como adaptações de materiais e equipamentos, ou recursos digitais, como softwares e aplicativos específicos. Souza *et al.* (2020) destacam a importância dessas tecnologias no processo de inclusão, pois elas proporcionam suporte e acesso ao currículo para os alunos com deficiência, permitindo que eles participem ativamente das atividades escolares.

Outra estratégia relevante é a utilização de materiais didáticos acessíveis e adaptados. Zins *et al.* (2004) ressaltam que a seleção adequada de materiais e recursos pedagógicos é essencial para atender às necessidades específicas dos alunos, considerando suas habilidades, interesses e formas de aprendizagem. A adaptação de materiais pode envolver a simplificação de textos, a utilização de imagens e recursos visuais, bem como a disponibilização de materiais em formatos acessíveis, como braille, áudio ou digital.

Além disso, a utilização de estratégias de ensino diferenciadas também se mostra eficaz para promover a inclusão na Sala de Recursos Multifuncionais. Sauerwein (2015) destaca a importância de uma abordagem pedagógica flexível, na qual o professor utilize diferentes estratégias de ensino, como aulas expositivas, trabalhos em grupo, projetos colaborativos e uso de recursos visuais, de forma a atender às diferentes necessidades e estilos de aprendizagem dos alunos.

A colaboração entre os professores e a equipe multidisciplinar também é uma estratégia essencial. Através da troca de conhecimentos e experiências, os profissionais podem planejar e implementar estratégias pedagógicas inclusivas de forma mais efetiva. Santos e Nunes (2019) destacam a importância da parceria entre o professor da Sala de Recursos Multifuncionais, o professor da sala regular e os

demais profissionais envolvidos no atendimento aos alunos, para a construção de um ambiente de aprendizagem inclusivo e de qualidade.

Além das estratégias e recursos mencionados anteriormente, outros autores têm contribuído com propostas e reflexões sobre práticas pedagógicas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais.

Uma abordagem relevante é a pedagogia da cooperação, discutida por Araújo (2018). Essa abordagem valoriza o trabalho em equipe, a colaboração e a troca de experiências entre os alunos, promovendo a construção coletiva do conhecimento. Na Sala de Recursos Multifuncionais, os professores podem incentivar a cooperação entre os alunos, por meio de atividades em grupo, projetos colaborativos e ações que estimulem a solidariedade e o respeito mútuo.

Outra estratégia importante é a utilização de estratégias de ensino individualizadas. Essas estratégias buscam adaptar o ensino às necessidades específicas de cada aluno, considerando seu ritmo de aprendizagem, estilo cognitivo e habilidades. Nesse sentido, Aguiar e Carvalho (2020) destacam a importância de realizar uma avaliação formativa contínua, que permita ao professor identificar as necessidades e dificuldades de cada aluno e ajustar sua prática pedagógica de acordo.

A promoção de práticas pedagógicas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais também envolve a valorização da diversidade cultural presente na sala de aula. Chizzotti et al. (2021) enfatizam a importância de respeitar e valorizar as diferentes culturas, tradições e formas de expressão dos alunos, criando um ambiente acolhedor e inclusivo.

Além disso, é relevante mencionar a importância da participação ativa dos alunos nas atividades pedagógicas. Através da promoção da autonomia e do protagonismo dos alunos, eles se tornam sujeitos ativos no processo de aprendizagem. Mantoan (2006) defende a necessidade de ouvir e considerar as opiniões, interesses e desejos dos alunos, garantindo sua participação ativa na construção do conhecimento.

Essas estratégias e abordagens pedagógicas contribuem para a promoção da inclusão na Sala de Recursos Multifuncionais, permitindo que todos os alunos tenham a oportunidade de desenvolver plenamente suas habilidades e potencialidades.

5.3. FORMAÇÃO DOCENTE E APOIO PEDAGÓGICO

A formação docente e o apoio pedagógico são aspectos essenciais para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais. A preparação adequada dos professores, bem como o suporte contínuo ao longo de sua prática profissional, são fundamentais para que eles possam atender às necessidades dos alunos com deficiência e promover a inclusão educacional.

Diversos autores têm enfatizado a importância da formação inicial e continuada dos professores para a educação inclusiva. Guimarães e Borges (2020) destacam que a formação inicial deve abordar tanto os aspectos teóricos quanto práticos da educação inclusiva, proporcionando aos futuros professores conhecimentos sobre estratégias pedagógicas, recursos e adaptações curriculares.

A formação continuada também desempenha um papel crucial no aprimoramento das práticas pedagógicas inclusivas. Mantoan (2006) ressalta que é necessário oferecer aos professores oportunidades de atualização e aprofundamento, por meio de cursos, oficinas, seminários e outras formas de capacitação, que permitam a reflexão e a troca de experiências entre os profissionais.

Além da formação docente, o apoio pedagógico é fundamental para o desenvolvimento de práticas inclusivas eficazes. Santos e Nunes (2019) argumentam que o apoio pedagógico pode ser oferecido por profissionais especializados, como psicopedagogos e fonoaudiólogos, que auxiliam os professores no planejamento e na implementação de estratégias de ensino adaptadas às necessidades dos alunos.

Nesse sentido, é importante destacar a importância da colaboração entre os profissionais da equipe escolar. A colaboração entre o professor da Sala de Recursos Multifuncionais, o professor da sala regular e os demais profissionais envolvidos no atendimento aos alunos com deficiência é fundamental para o planejamento e a implementação de práticas pedagógicas inclusivas efetivas. Chizzotti et al. (2021) ressaltam que a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais permite a construção de uma abordagem pedagógica integrada e coerente, em benefício dos alunos.

É importante ressaltar que tanto a formação docente quanto o apoio pedagógico devem estar em constante diálogo com as demandas e necessidades dos alunos, considerando suas particularidades e contextos específicos.

Além da formação docente e do apoio pedagógico, é importante considerar também outras questões relacionadas ao contexto da Sala de Recursos Multifuncionais, que podem influenciar as práticas pedagógicas inclusivas.

Um aspecto relevante é a organização do espaço físico da sala. Souza et al. (2020) enfatizam a importância de um ambiente adequado e acessível, com recursos e materiais pedagógicos diversificados e adaptados, que possam atender às necessidades de todos os alunos. A disposição dos móveis, a distribuição dos materiais e a utilização de tecnologias assistivas são aspectos a serem considerados para garantir a acessibilidade e a inclusão.

Além disso, a colaboração com a família dos alunos é fundamental para o sucesso das práticas pedagógicas inclusivas. Zins et al. (2004) argumentam que o envolvimento e o apoio familiar são fatores essenciais para a promoção da aprendizagem e do desenvolvimento dos alunos com deficiência. Os pais ou responsáveis podem contribuir com informações sobre as necessidades e características individuais do aluno, além de participar de reuniões e atividades educativas.

Outra questão a ser considerada é a utilização de recursos tecnológicos e digitais na Sala de Recursos Multifuncionais. Sauerwein (2015) destaca que as tecnologias assistivas, como softwares educacionais, aplicativos e dispositivos específicos, podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e participação dos alunos com deficiência. Essas ferramentas podem ser utilizadas de forma individualizada, de acordo com as necessidades de cada aluno, e contribuem para a personalização do ensino.

Por fim, é importante ressaltar a necessidade de uma avaliação contínua e reflexiva das práticas pedagógicas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais. Santos e Nunes (2019) destacam a importância da avaliação formativa, que permite ao professor acompanhar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e realizar ajustes em sua prática pedagógica. A avaliação também pode envolver a participação dos alunos, por meio de autoavaliação e autorreflexão, permitindo-lhes desenvolver habilidades metacognitivas.

Em suma, para promover práticas pedagógicas inclusivas na Sala de Recursos Multifuncionais, é necessário considerar a organização do espaço físico, a colaboração com a família, o uso de recursos tecnológicos e digitais, além de realizar avaliações contínuas e reflexivas. Esses aspectos contribuem para a criação de um ambiente acolhedor, acessível e estimulante, que valoriza a diversidade e atende às necessidades individuais dos alunos.

5.4. LOCALIZAÇÃO E RECURSOS FÍSICOS DAS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A disposição física da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) na escola de Brejo Santo-CE, com sua localização estratégica no primeiro andar e proximidade à sala dos professores, reflete uma abordagem deliberada para facilitar o acesso e a participação dos alunos com deficiência visual. Este aspecto é crucial na promoção da inclusão educacional, pois torna a SRM acessível a todos os membros da comunidade escolar, reduzindo barreiras físicas e garantindo que os estudantes com deficiência visual possam participar plenamente das atividades educacionais (Souza *et al.*, 2020).

A presença de uma pista tátil na SRM é um exemplo de como a escola investiu em recursos de acessibilidade arquitetônica. Essa pista tátil, geralmente feita de material texturizado no chão, permite que os estudantes com deficiência visual se movimentem de forma autônoma e segura dentro da sala, contribuindo para sua independência e autonomia (Mantoan, 2006).

Outro aspecto fundamental é a existência de um banheiro acessível dentro da SRM. Esse banheiro adaptado é de extrema importância, pois oferece acomodações adequadas para os estudantes com deficiência visual, garantindo sua dignidade e conforto durante sua permanência na sala (Brasil, 2008).

As estantes cuidadosamente organizadas com materiais adaptados em Braille e em alto relevo, bem como os equipamentos de informática disponíveis, incluindo computador de mesa, notebooks, impressora em tinta e em Braille, e uma máquina de datilografia Braille, representam um conjunto abrangente de recursos que enriquecem o ambiente da SRM (Souza *et al.*, 2020). Esses recursos não apenas facilitam o acesso à informação, mas também permitem que os estudantes com deficiência visual participem ativamente das atividades educacionais, promovendo a inclusão plena (Mantoan, 2006).

A organização criteriosa desses recursos nas estantes é um fator relevante. Essa organização não apenas facilita o acesso rápido aos materiais necessários, mas também demonstra um compromisso com a eficácia do ambiente de aprendizado inclusivo (Santos; Nunes, 2019).

Em resumo, a localização estratégica e os recursos físicos presentes na SRM da escola de Brejo Santo-CE desempenham um papel fundamental na promoção da educação inclusiva. Eles não apenas eliminam barreiras físicas, mas também fornecem as ferramentas necessárias para que os estudantes com deficiência visual participem plenamente das atividades educacionais, reforçando o compromisso da escola com a inclusão e a igualdade de oportunidades educacionais (Chizzotti *et al.*, 2021).

5.4.1- PAPEL DA ESCOLA NA IMPLEMENTAÇÃO DA SRM

A escola de Brejo Santo-CE emergiu como uma figura central na implementação e funcionamento da SRM. Sua dedicação se reflete na história da criação da SRM na escola, como pioneira na inclusão da Educação Especial, ela não apenas trouxe sua sensibilidade na educação especial, mas também conhecimento especializado, desempenhando um papel importante ao promover a criação da SRM na escola. Sua intervenção demonstra a importância da escola e profissionais qualificados e engajados na promoção da inclusão educacional (Aguiar; Carvalho, 2020).

A formação e experiência dos professores que iniciaram o trabalho na escola de Brejo Santo-CE com os deficientes são evidências claras de seu compromisso com a Educação Especial. A formação em ênfase a Sala de Recursos Multifuncionais, somada a cursos de capacitação, especializações e atualmente um Mestrado na área, a tornam uma escola altamente qualificada para atender às necessidades dos estudantes com deficiência (Santos; Nunes, 2019).

A colaboração positiva com outros membros da equipe escolar, como evidenciado pela frequente busca de orientação por parte de outros professores, destaca a importância de um ambiente escolar que valoriza a troca de conhecimento e experiência (Chizzotti *et al.*, 2021). Os professores desempenham um papel ativo na escola, não apenas na SRM, mas também no Centro de Atendimento Pedagógico

(CAP), onde está lotada. Isso demonstra seu compromisso com a educação inclusiva em várias frentes.

5.4.2. ENVOLVIMENTO DOS DEMAIS PROFESSORES NA SRM

Um aspecto relevante a ser observado é que, durante o período da pesquisa, se observou a presença de outros professores na SRM com o objetivo de planejar, entregar, discutir ou apresentar atividades para os estudantes atendidos na sala. Esse envolvimento por parte de outros professores pode ser atribuído a várias razões, como a sensibilização e o conhecimento sobre as práticas inclusivas, mesmo com a sobrecarga de trabalho ou simplesmente falta de clareza sobre como contribuir efetivamente para a SRM.

A participação de outros professores na SRM aponta para uma área de desenvolvimento potencial. Uma maior colaboração e envolvimento de todos os professores da escola enriquecem as práticas inclusivas e fortalecem a inclusão de estudantes com deficiência (Chizzotti *et al.*, 2021).

Com riqueza de recursos presentes na SRM numa escola estadual de Brejo Santo-CE, a sala atualmente atende estudantes com diversas deficiências. Isso levanta questões sobre a possibilidade de expandir o acesso à SRM a outros estudantes com Necessidades Educacionais Especializadas em outras escolas estaduais em Brejo Santo.

Considerando a densidade populacional do bairro onde a escola está situada, pode haver outros estudantes que se beneficiariam desses recursos. Isso também poderia contribuir para uma maior integração e inclusão desses estudantes na comunidade escolar (Araújo, 2018).

A participação da comunidade escolar na Sala de Recursos Multifuncionais é um aspecto fundamental a ser considerado na promoção da educação inclusiva. Durante a pesquisa na escola de Brejo Santo-CE, observou-se que, além dos professores, outros membros da comunidade escolar, como os familiares dos estudantes com deficiência, têm um papel importante a desempenhar.

A colaboração entre a escola e as famílias é essencial para garantir que os estudantes com deficiência recebam o apoio necessário. Os familiares desempenham um papel crucial na vida educacional de seus filhos, e a SRM pode ser um espaço onde eles podem receber orientações, esclarecer dúvidas e

compartilhar informações sobre o desenvolvimento de seus filhos (Guimarães; Borges, 2020).

Além disso, a comunidade escolar como um todo desempenha um papel na promoção da inclusão. O envolvimento de todos os membros da escola, desde a direção até os funcionários de apoio, pode criar um ambiente inclusivo onde os estudantes com deficiência se sintam acolhidos e apoiados (Souza *et al.*, 2020).

5.4.3 - DESAFIOS E OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA SRM

A implementação das SRM na escola de Brejo Santo-CE trouxe consigo uma série de desafios e oportunidades que refletem a complexidade da promoção da educação inclusiva. Estes desafios e oportunidades são cruciais para orientar as práticas educacionais e melhorar a qualidade da inclusão na escola.

O envolvimento de outros professores: Um dos principais desafios observados é a conquista da participação e envolvimento da família na SRM. Embora a escola seja dedicada, a eficácia das práticas inclusivas poderia ser ampliada com o envolvimento da família. Isso requer conscientização para a família se sintam preparados para atuar de forma colaborativa na SRM (Chizzotti *et al.*, 2021).

Participação ativa dos estudantes: Outro desafio identificado é a participação ativa dos estudantes com deficiência. A SRM oferece recursos valiosos, mas é fundamental promover a autonomia e a independência dos alunos, incentivando-os a utilizar plenamente os recursos disponíveis (Masini, 2016). Estratégias pedagógicas que estimulem a autorregulação e a tomada de decisões são essenciais.

Embora isso seja importante, considerando a densidade populacional do bairro onde a escola está localizada, há uma oportunidade significativa de expandir o acesso da SRM a outros estudantes com Necessidades Educacionais Especializadas. Isso requer uma análise cuidadosa das necessidades da comunidade escolar e a consideração de estratégias para atender a um público mais diversificado (Araújo, 2018).

Em consenso com o contexto abordado, se faz relevante que haja uma abordagem mais coerente sobre as oportunidades de implementação das Salas de Recursos multifuncionais, como será relatado no tópico a seguir:

5.4.4 - OPORTUNIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DA SRM

Capacitação Docente: A capacitação dos professores é uma oportunidade chave para superar desafios e fortalecer a implementação da SRM. Oferecer treinamento em práticas inclusivas, tecnologias assistivas e estratégias de ensino diferenciadas pode melhorar a preparação dos educadores para atuar na SRM de forma eficaz (Guimarães; Borges, 2020).

Colaboração Escolar: A colaboração entre os membros da equipe escolar é uma oportunidade valiosa. Promover reuniões regulares de planejamento e discussão entre professores, incluindo todos da comunidade, pode fortalecer a implementação das práticas inclusivas e garantir uma abordagem mais holística para atender às necessidades dos estudantes com deficiência visual (Santos; Nunes, 2019).

Ampliação do Acesso: A possibilidade de expandir o acesso da SRM a outros estudantes com necessidades educacionais especiais representa uma oportunidade significativa para maximizar o impacto das estruturas de apoio existentes. Isso pode ser alcançado por meio de avaliações das necessidades da comunidade escolar e da disponibilidade de recursos, bem como da identificação de estudantes que se beneficiariam da SRM (Souza *et al.*, 2020).

6. REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

A implementação da Sala de Recursos Multifuncionais na escola de Brejo Santo-CE desencadeia uma série de reflexões profundas sobre a inclusão educacional e a construção de uma comunidade escolar verdadeiramente inclusiva.

Primeiramente, a presença da professores sua influência positiva na criação e funcionamento da SRM destacam a importância de profissionais comprometidos e qualificados na promoção da inclusão. Sua experiência, formação e dedicação demonstram que o papel do educador especializado é vital na construção de ambientes inclusivos (Aguiar; Carvalho, 2020).

Além disso, o envolvimento de outros professores na SRM ressalta a necessidade de capacitação e conscientização. A educação inclusiva não é uma responsabilidade exclusiva dos professores especializados, mas sim de toda a equipe escolar. Portanto, estratégias de formação continuada e compartilhamento de boas práticas são fundamentais para criar uma cultura inclusiva na escola (Guimarães; Borges, 2020).

A oportunidade de expandir o acesso da SRM a outros estudantes levanta questões mais amplas sobre a inclusão escolar em nível comunitário. A escola está situada em um bairro densamente povoado, o que sugere a presença de outros estudantes com necessidades educacionais especiais nas proximidades. Isso enfatiza a importância de uma abordagem colaborativa entre escolas e a comunidade para identificar e atender às necessidades desses estudantes, promovendo a inclusão em toda a região (Araújo, 2018).

Por fim, a participação ativa dos estudantes com deficiência na SRM e em seu próprio processo educacional é um desafio e uma oportunidade significativos. É essencial adotar abordagens pedagógicas que estimulem a independência e a autorregulação, capacitando os estudantes a serem os protagonistas de sua própria aprendizagem (Souza *et al.*, 2020).

6.1. O IMPACTO DA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Além dos desafios e das estratégias pedagógicas inclusivas, é fundamental considerar o papel das famílias na promoção da educação inclusiva na escola de

Brejo Santo-CE. A participação e o apoio das famílias desempenham um papel significativo no sucesso educacional dos estudantes com deficiência visual. Neste tópico, exploraremos como as famílias estão envolvidas e como essa participação pode ser fortalecida:

Envolvimento das Famílias: Durante a pesquisa, ficou evidente que as famílias dos estudantes com deficiência desempenham um papel ativo em seu processo educacional. Elas estão envolvidas na busca por recursos e apoio para seus filhos, bem como na comunicação com a escola. Essa parceria entre escola e família é fundamental para garantir o bem-estar e o sucesso dos estudantes (Chizzotti *et al.*, 2021).

Necessidade de Maior Capacitação: Embora muitas famílias demonstrem um compromisso forte com a educação de seus filhos, algumas podem não estar completamente cientes dos recursos e das estratégias disponíveis. É importante oferecer oportunidades de capacitação para as famílias, de modo que possam apoiar efetivamente o aprendizado de seus filhos e colaborar com a escola.

Compreensão das Necessidades Individuais: Cada estudante com deficiência visual é único, com necessidades e habilidades individuais. As famílias desempenham um papel vital em comunicar essas necessidades à escola e em colaborar na elaboração de planos educacionais personalizados. A parceria entre escola e família pode ajudar a adaptar as estratégias pedagógicas de acordo com as necessidades específicas de cada aluno (Santos; Nunes, 2019).

Família como Elo de Comunicação: As famílias muitas vezes atuam como elos de comunicação entre a escola e os estudantes com deficiência. Elas podem fornecer informações valiosas sobre o progresso e as preocupações de seus filhos, permitindo que a escola adapte suas estratégias de apoio conforme necessário.

Incentivo ao Acesso à Informação: A escola pode desempenhar um papel fundamental ao incentivar as famílias a acessarem informações sobre educação inclusiva, direitos e recursos disponíveis. Isso pode ser feito por meio de reuniões informativas, materiais impressos e recursos online acessíveis (Zins *et al.*, 2004).

Fortalecimento do Sentimento de Pertencimento: A escola deve criar um ambiente acolhedor e inclusivo para as famílias, onde se sintam parte integrante da comunidade escolar. O fortalecimento do sentimento de pertencimento das famílias pode aumentar sua participação e colaboração ativa na promoção da educação inclusiva.

6.2. NECESSIDADE DE RECURSOS ADICIONAIS E INVESTIMENTOS

Ao longo da pesquisa, ficou claro que, embora a escola de Brejo Santo-CE tenha feito progressos notáveis na promoção da inclusão de estudantes com deficiência visual por meio da SRM, ainda existem necessidades significativas em termos de recursos e investimentos. Essas necessidades estão intrinsecamente ligadas à eficácia da inclusão educacional e à garantia de que todos os estudantes tenham igualdade de oportunidades. Vamos explorar essas necessidades em mais detalhes:

Adequação do Espaço Físico: Embora a SRM tenha recursos valiosos, como impressoras Braille e computadores, pode ser necessária uma melhoria na infraestrutura física. A acessibilidade arquitetônica, que inclui rampas e corrimãos, pode ser aprimorada para garantir que os estudantes com deficiência possam circular pelo ambiente de forma segura e independente (Brasil, 2008).

Expansão do Atendimento: Como mencionado anteriormente, a SRM em outras escolas do ensino médio na cidade de Brejo Santo, atualmente apenas a uma tem o Atendimento Educacional Especializado. Dada a densidade populacional da região e a possível presença de outros estudantes com necessidades educacionais especiais em outras escolas, é fundamental considerar a expansão do atendimento para atender a um público mais diversificado (Carvalho; Silva, 2017).

Aquisição de Tecnologia Assistiva: A tecnologia assistiva desempenha um papel crucial na inclusão de estudantes com deficiência visual. Para garantir que esses estudantes tenham acesso às ferramentas e recursos necessários, pode ser necessário investir na aquisição de tecnologia assistiva mais atualizada e diversificada (Mendes; Batista, 2019).

Capacitação Continuada: A capacitação dos profissionais que atuam na SRM, é essencial para manter as práticas pedagógicas atualizadas e eficazes. Investimentos em programas de formação continuada e desenvolvimento profissional são necessários para garantir que a equipe da SRM esteja bem-preparada para atender às necessidades dos estudantes (ONU, 2016).

Ampliação do Acesso à Informação: A escola pode investir na criação de materiais informativos e recursos online acessíveis para as famílias, proporcionando informações sobre educação inclusiva, direitos dos estudantes com deficiência e serviços disponíveis (Guimarães; Borges, 2020).

Apoio à Pesquisa e Inovação: Investir em pesquisa educacional e inovação é fundamental para identificar as melhores práticas em educação inclusiva e adaptá-las às necessidades específicas dos estudantes com deficiência visual. Essa pesquisa pode resultar em estratégias pedagógicas mais eficazes e na criação de recursos educacionais personalizados (Santos; Nunes, 2019).

6.3. IMPACTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

As políticas educacionais desempenham um papel central na promoção da educação inclusiva. Durante a pesquisa realizada numa escola estadual de Brejo Santo-CE, foi possível identificar como as políticas governamentais e as regulamentações impactam a implementação da inclusão educacional. Vamos analisar essas influências em mais detalhes:

Legislação Nacional e Internacional: O Brasil possui uma legislação robusta em relação à inclusão de estudantes com deficiência visual. Destacam-se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU. Esses marcos legais estabelecem o direito à educação inclusiva e orientam as práticas educacionais (Brasil, 2008; ONU, 2016).

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, de 2008, reforça o compromisso do Brasil com a inclusão educacional. Essa política estabelece diretrizes para a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a organização das SRM (Brasil, 2008a).

Papel da Secretaria Estadual de Educação: A atuação da Secretaria Estadual de Educação é fundamental na implementação das políticas educacionais inclusivas. Ela desempenha um papel-chave na alocação de recursos, na formação de profissionais e na supervisão das práticas inclusivas nas escolas (Mantoan, 2006).

Desafios na Implementação: Apesar das políticas educacionais favoráveis, a pesquisa revelou desafios na implementação dessas políticas. A falta de recursos, a capacitação inadequada e a falta de conscientização são alguns dos obstáculos enfrentados pelas escolas na busca pela inclusão efetiva (Santos; Nunes, 2019).

Descentralização e Autonomia das Escolas: As políticas educacionais também buscam descentralizar as decisões e dar mais autonomia às escolas. No entanto, essa descentralização pode variar de acordo com as condições locais e a interpretação das políticas pelas escolas (Chizzotti *et al.*, 2021).

Monitoramento e Avaliação: A eficácia das políticas inclusivas depende do monitoramento e da avaliação contínua. É importante que as políticas sejam avaliadas quanto à sua implementação e aos resultados alcançados, permitindo ajustes e melhorias conforme necessário (Araújo, 2018).

6.4-. ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS ADOTADAS NA SRM: UMA ANÁLISE

Esse tópico merece uma análise mais aprofundada, uma vez que as estratégias pedagógicas são o cerne da inclusão educacional. Durante a pesquisa, diversas estratégias foram identificadas e implementadas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Vamos explorar essas estratégias com mais detalhes:

Material Didático Adaptado: Uma das estratégias-chave na SRM é a adaptação do material didático. Isso inclui textos em Braille, cartazes em Braille e LIBRAS, o uso de recursos pedagógicos adaptados. A adaptação do material didático é essencial para garantir o acesso à informação de forma inclusiva (Guimarães; Borges, 2020).

Tecnologia Assistiva: A SRM está equipada com tecnologia assistiva, incluindo impressoras Braille e computadores com softwares de leitura de tela. Essas ferramentas permitem que os estudantes com deficiência visual acessem conteúdo digital e participem ativamente das atividades escolares (Souza *et al.*, 2020).

Atendimento Educacional Especializado (AEE): O AEE desempenha um papel fundamental na SRM. A professora da SRM, especializada em educação especial, planeja e executa atividades específicas para atender às necessidades individuais dos estudantes. Isso inclui o desenvolvimento de estratégias de ensino personalizadas e o acompanhamento do progresso acadêmico (Carvalho; Silva, 2017).

Atividades de Estimulação Sensorial: A estimulação sensorial é uma parte importante das estratégias pedagógicas. São utilizados recursos que estimulam os sentidos, como o tato e a audição, para enriquecer a experiência de aprendizado dos estudantes com deficiência visual e outras deficiências (Santos; Nunes, 2019).

Trabalho Colaborativo: A colaboração entre os professores, os estudantes com deficiência, intérpretes e suas famílias é incentivada. Os professores e as

famílias trabalham juntas para definir metas educacionais e identificar as melhores estratégias de apoio (Chizzotti *et al.*, 2021).

Avaliação Formativa: A avaliação formativa é uma prática comum na SRM. Isso significa que os estudantes são avaliados de forma contínua e formativa, permitindo que a professora ajuste as estratégias de ensino com base no progresso e nas necessidades individuais de cada aluno (Araújo, 2018).

Promoção da Autonomia: Uma das metas fundamentais da SRM é promover a autonomia dos estudantes com deficiência. As estratégias pedagógicas visam desenvolver habilidades que permitam aos estudantes se tornarem aprendizes independentes e autônomos (Mantoan, 2006).

Atividades de Socialização: Além do aspecto acadêmico, a SRM também se preocupa com o desenvolvimento social dos estudantes. São realizadas atividades que promovem a interação entre os estudantes, a colaboração e a socialização (Souza *et al.*, 2020).

Apoio Emocional: Reconhecendo os desafios emocionais que os estudantes com deficiência podem enfrentar, a SRM oferece apoio emocional por meio de conversas e atividades que abordam questões emocionais e de autoestima (Chizzotti *et al.*, 2021).

Essas estratégias pedagógicas adotadas na SRM da escola de Brejo Santo-CE demonstram o compromisso da escola com a promoção da inclusão educacional. Elas reconhecem a individualidade de cada estudante com deficiência visual e buscam criar um ambiente de aprendizado adaptado às suas necessidades específicas. No entanto, é importante continuar avaliando e ajustando essas estratégias para garantir que estejam alinhadas com as melhores práticas em educação inclusiva e com as expectativas dos estudantes e suas famílias (Zins *et al.*, 2004).

6.5. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM MARCO FUNDAMENTAL

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008 no Brasil, representa um marco crucial na promoção da educação inclusiva. Essa política, alinhada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e a Convenção sobre os Direitos das

Pessoas com Deficiência da ONU, redefine o cenário da educação especial no país e estabelece diretrizes fundamentais para a inclusão educacional de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Vamos explorar mais detalhadamente os principais aspectos dessa política:

Definição de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva: A PNEEPEI introduziu uma abordagem inovadora da educação especial, que transcende a concepção de espaços segregados, como as antigas escolas especiais. Ela propõe a inclusão educacional, que se traduz na oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas regulares, com o objetivo de assegurar a participação plena e efetiva dos estudantes com deficiência na vida escolar (Brasil, 2008a).

A Atuação das Salas de Recursos Multifuncionais: A política reconhece a importância das Salas de Recursos Multifuncionais (SRM) como locais que oferecem o AEE. Elas são concebidas como espaços de apoio complementar à escolarização dos estudantes com deficiência, visando ao acesso, à participação e ao aprendizado desses estudantes (Brasil, 2008a).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE): A PNEEPEI define o AEE como uma oferta obrigatória nas escolas regulares, com o propósito de complementar o ensino regular. Ele é direcionado a estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. O AEE é planejado individualmente, de acordo com as necessidades específicas de cada estudante, e visa a promover sua autonomia e desenvolvimento pleno (Brasil, 2008a).

Formação de Professores: A política enfatiza a importância da formação de professores para a inclusão. Ela destaca a necessidade de cursos de formação inicial e continuada que capacitem os profissionais da educação a atuarem de forma inclusiva. Isso inclui a formação dos professores que trabalham nas SRM (Brasil, 2008a).

Gestão e Acompanhamento: A PNEEPEI também estabelece diretrizes para a gestão e o acompanhamento das ações de inclusão. Ela prevê a participação da comunidade escolar e das famílias na definição das estratégias de inclusão e estabelece mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas inclusivas (Brasil, 2008a).

Princípios Fundamentais: A política se baseia em princípios fundamentais, como o respeito à dignidade e à diversidade humana, a igualdade de oportunidades, a não discriminação, a acessibilidade, a participação e o respeito aos direitos humanos. Esses princípios orientam todas as ações relacionadas à inclusão educacional (Brasil, 2008a).

Inclusão como Direito: A PNEEPEI (Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva) reforça que a inclusão educacional é um direito de todos os estudantes, não uma concessão. Ela destaca a importância de eliminar barreiras e preconceitos que possam impedir a participação plena dos estudantes com deficiência na vida escolar (Brasil, 2008a).

Resultados Positivos: Desde a implementação da política, observaram-se avanços significativos na inclusão educacional no Brasil. A presença de estudantes com deficiência nas escolas regulares aumentou, e as SRM desempenham um papel importante nesse contexto (Guimarães; Borges, 2020).

A PNEEPEI representa um marco crucial na promoção da educação inclusiva no Brasil. Ela reforça o compromisso do país com a igualdade de oportunidades educacionais e a participação de todos os estudantes na vida escolar. No entanto, sua implementação bem-sucedida requer o comprometimento de todas as partes envolvidas, incluindo escolas, professores, famílias e órgãos governamentais. Ela continua sendo uma referência importante para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

7. ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS ESCOLA DE BREJO SANTO - CE

A análise da documentação referente à Sala de Recursos Multifuncionais da escola de Brejo Santo – CE desempenha um papel crucial na avaliação da infraestrutura, dos recursos disponíveis e das práticas educacionais adotadas nesse ambiente inclusivo. Essa documentação, muitas vezes negligenciada, é fundamental para entender como a escola está cumprindo seu compromisso com a inclusão educacional. A seguir, detalharemos a análise da documentação disponível:

7.1. LOCALIZAÇÃO E ESTRUTURA FÍSICA DA SRM

A documentação aponta que a SRM está estrategicamente localizada próxima à sala dos professores, no primeiro andar da escola estadual de Brejo Santo - CE. Essa escolha de localização estratégica é um indicativo positivo, uma vez que facilita o acesso dos professores e dos estudantes com deficiência à sala, promovendo a interação e a colaboração entre esses atores-chave da comunidade escolar. A presença de uma pista tátil e de um banheiro com acessibilidade reforça o compromisso da escola com a acessibilidade arquitetônica, permitindo que os estudantes com deficiência se movam de forma independente na escola (Brasil, 2008).

A documentação também revela a presença de estantes contendo livros e recursos pedagógicos adaptados em Braille, materiais em alto relevo, mesas, armários, impressora em tinta e em Braille, computadores de mesa, um notebook e uma máquina de datilografia Braille. Esses recursos demonstram que a SRM está equipada com os materiais e equipamentos necessários para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. A organização metódica desses materiais nas estantes reflete o compromisso da escola em manter um ambiente de aprendizado ordenado e acessível (Guimarães; Borges, 2020).

7.2. TECNOLOGIA ASSISTIVA E RECURSOS DE ACESSIBILIDADE

A documentação destaca a presença de tecnologia assistiva na SRM, incluindo impressoras Braille e computadores com softwares de leitura de tela.

Esses recursos são fundamentais para garantir que os estudantes com deficiência visual tenham acesso a conteúdo digital e para apoiar suas atividades educacionais. A disponibilidade e o uso eficaz desses recursos pedagógicos adaptados e tecnologia assistiva demonstram o compromisso da escola em fornecer ferramentas que auxiliem os estudantes com deficiência visual a superar barreiras e a participar ativamente das atividades escolares (Brasil, 2008a).

A documentação evidencia que a SRM desempenha um papel fundamental no AEE. Aos professores da SRM, com sua vasta experiência em educação especial e formação adequada, é responsável pela condução das atividades na SRM. Essa documentação corrobora a previsão da Política Nacional de Educação Especial de que o AEE seja oferecido nas escolas regulares por professores especializados (Brasil, 2008a).

A presença frequente de outros professores na SRM, mesmo que seja para assuntos administrativos, destaca a importância desse espaço como um centro de recursos educacionais. No entanto, a ausência de outros professores na SRM para planejar, discutir ou apresentar atividades específicas para os estudantes com deficiência visual é uma área de melhoria identificada. Isso indica que a SRM pode ser ainda mais integrada à vida escolar, envolvendo outros educadores no desenvolvimento de estratégias inclusivas (Carvalho; Silva, 2017).

A documentação menciona que os professores atuam 20 horas semanais na escola, em dias alternados e nos três turnos. Essa informação reflete o comprometimento da escola em fornecer atendimento especializado em horários flexíveis, garantindo que os estudantes com deficiência tenham acesso ao AEE em momentos adequados às suas necessidades. No entanto, a documentação também destaca que a estudantes que raramente frequenta os atendimentos, sugerindo a necessidade de uma análise mais aprofundada das causas dessa baixa participação (Santos; Nunes, 2019).

A documentação analisada revela desafios e oportunidades na implementação da SRM na escola de Brejo Santo - CE. Um desafio identificado é a falta de participação ativa de todos os alunos com deficiência na SRM para estudar e superar os desafios específicos com sua deficiência. Isso sugere a necessidade de promover uma maior colaboração entre os educadores da escola, aproveitando a expertise dos professores da SRM e envolvendo outros profissionais no desenvolvimento de estratégias inclusivas (Chizzotti *et al.*, 2021).

Por outro lado, a presença de professores altamente qualificada, a existência de recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, e o compromisso da escola com a inclusão representam oportunidades significativas para melhorar a educação inclusiva na escola de Brejo Santo - CE. A documentação indica que a escola está no caminho certo para oferecer um ambiente inclusivo, mas também destaca áreas onde podem ser feitos ajustes para maximizar o impacto da SRM e garantir a participação efetiva dos estudantes com deficiência visual (Guimarães; Borges, 2020).

A análise da documentação revela que a escola de Brejo Santo - CE está alinhada com as políticas nacionais de educação inclusiva, conforme estabelecido na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008a). A presença de uma SRM equipada com recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas, bem como a presença de uma professora especializada, atendem às diretrizes desse documento, que preconiza a oferta de AEE nas escolas regulares por profissionais qualificados.

No entanto, a documentação também destaca a necessidade de maior envolvimento de outros professores na SRM, o que pode ser visto como uma oportunidade para a escola se adequar ainda mais às políticas de inclusão. A promoção de uma cultura escolar inclusiva requer o engajamento de toda a comunidade escolar, e a documentação aponta para a importância de expandir o apoio à inclusão além da atuação exclusiva da professora Carmem (Aguiar; Carvalho, 2020).

A documentação também levanta uma preocupação relevante: as reuniões de Atividade Complementar (AC) ocorrem no CAP e não na escola de Brejo Santo - CE. Isso pode contribuir para a separação das ações da SRM da comunidade escolar e para a falta de integração entre a SRM e outros professores da escola. A documentação aponta para a importância de reunir esforços para garantir que a SRM seja vista como parte integrante da escola, promovendo uma colaboração mais estreita entre os professores e uma compreensão mais ampla das necessidades dos estudantes com deficiência(s).

Em resumo, a análise da documentação da SRM da escola de Brejo Santo - CE revela uma infraestrutura adequada, recursos de acessibilidade e tecnologias assistivas disponíveis, bem como uma professora especializada comprometida com o AEE. No entanto, também destaca desafios relacionados à participação dos

estudantes com deficiência, à necessidade de envolver outros professores e à integração da SRM à comunidade escolar. Essa análise fornece informações valiosas para orientar ações futuras visando aprimorar a educação inclusiva na escola.

7.2.1. PLANO ANUAL DE 2018 PARA A SRM

O Plano Anual de 2018 para a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), sob a orientação da Professora Claudia da Silva Araújo Lucena, representa um importante instrumento de planejamento e ação para a promoção da inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) no contexto escolar. Este plano estabelece uma série de estratégias e ações cuidadosamente delineadas com o objetivo de criar um ambiente educacional mais inclusivo e acessível para todos os estudantes.

Através de medidas que abrangem desde a divulgação das vagas da SRM até o acompanhamento individualizado, passando pela sensibilização da comunidade escolar e parcerias com outros profissionais e entidades, este plano reflete o compromisso da escola em assegurar que os alunos com NEE tenham igualdade de oportunidades e recebam o suporte necessário para uma aprendizagem de qualidade. Este parágrafo introdutório visa a destacar a importância desse plano como um instrumento-chave para a implementação de práticas inclusivas e o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente acessível a todos os alunos, independentemente de suas necessidades individuais.

A análise do Plano Anual de 2018 para a Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), sob a responsabilidade da Professora Claudia da Silva Araújo Lucena, revela uma série de ações estratégicas destinadas a apoiar a inclusão de alunos com NEE no contexto da escola. Essas ações abrangem diversos aspectos, desde a divulgação da oferta da SRM até o acompanhamento e suporte individualizado aos alunos com NEE.

Com isso, considera-se questões que devam contemplar todos os alunos, indistintamente, e que é necessário avançar em uma discussão mais alargada da educação inclusiva, ou seja, pontos que serão abaixo, discutidos e impostos seus dados e suas implicações:

Divulgar a oferta de vagas da SRM (janeiro): A iniciativa de divulgar a oferta de vagas da SRM à comunidade é essencial para assegurar que as famílias estejam cientes das opções disponíveis para seus filhos com NEE. A utilização dos meios de comunicação é uma estratégia eficaz para alcançar um público mais amplo.

Matricular os alunos com NEE no ensino regular (janeiro): A matrícula oportuna dos alunos com NEE no ensino regular é crucial para garantir que eles tenham acesso à educação inclusiva. Isso reflete o compromisso da escola em cumprir a legislação educacional que promove a inclusão.

Reunião com a comunidade escolar (fevereiro a abril): A sensibilização da comunidade escolar é uma etapa fundamental para promover uma compreensão adequada das necessidades dos alunos com NEE. A disponibilização de informações técnicas e saberes específicos ajuda a construir uma base sólida para a inclusão.

Acompanhar nas visitas de estudos e/ou outras atividades (fevereiro a dezembro): O acompanhamento dos alunos com NEE em visitas de estudos e atividades extracurriculares demonstra um compromisso contínuo com sua participação plena nas atividades escolares.

Participar nas reuniões de conselho de turma (fevereiro a dezembro): A participação nas reuniões de conselho de turma é vital para garantir que os professores titulares e os demais profissionais da escola estejam cientes das necessidades dos alunos com NEE e possam colaborar efetivamente em seu desenvolvimento.

Colaborar na articulação de todos os serviços e entidades (fevereiro a dezembro): A colaboração com serviços e entidades externas é essencial para fornecer suporte abrangente aos alunos com NEE. Isso destaca a importância de parcerias interinstitucionais.

Apresentar proposta para o plano anual de atividades (fevereiro a dezembro): A apresentação de propostas para o plano anual de atividades permite que a SRM contribua de forma significativa para a promoção de uma aprendizagem de qualidade para os alunos com NEE.

Cooperar com o professor titular de turma na elaboração de atividades individuais (fevereiro a dezembro): A colaboração com o professor titular de turma na elaboração de atividades individuais é fundamental para atender às necessidades específicas dos alunos com NEE e promover sua inclusão efetiva.

Apoiar os alunos na utilização de materiais didáticos adaptados e nas tecnologias assistidas (fevereiro a dezembro): O apoio na utilização de materiais adaptados e tecnologias assistidas é um componente importante para garantir que os alunos com NEE tenham acesso aos recursos necessários para uma aprendizagem eficaz.

Elaborar relatórios circunstanciados, no final do ano letivo (dezembro): A elaboração de relatórios circunstanciados é crucial para fornecer informações relevantes sobre o progresso dos alunos com NEE, auxiliando no planejamento do próximo ano letivo.

Participar nas avaliações especializadas (fevereiro a março): A participação nas avaliações especializadas é fundamental para identificar alunos que possam necessitar de serviços de Educação Especial, garantindo uma intervenção precoce e eficaz.

No geral, o Plano Anual de 2018 para a SRM demonstra um compromisso sério e abrangente com a inclusão de alunos com NEE na escola. As ações planejadas abordam diversos aspectos, desde a sensibilização da comunidade até o apoio individualizado aos alunos. Isso reflete uma abordagem holística para promover a igualdade de oportunidades educacionais e a participação ativa de todos os alunos na vida escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentação dos capítulos deste estudo dissertativo e tendo em visto o que se foi discutido nesta pesquisa, pode-se constatar que a educação inclusiva não está intrinsecamente dependente apenas da escola para se realizar, mais de todo a organização no que se refere as salas de recursos multifuncionais e dos processos que envolvem as questões circunscrita ao campo pedagógico.

No entanto, os elementos exteriores à escola, tem se tornado cada vez mais obstáculos à inclusão, problemas estes que podem se modificar o ambiente escolar e consequentemente os seus agentes norteadores que seguem as devidas diretrizes para o desenvolvimento da educação inclusiva. Neste contexto, são vários os pontos que se enquadra neste estudo e que se destaca como ações a serem alcançadas com a ajuda de vários elementos, desde a participação maior da família na escola, o que deve ser incentivado inclusive pela própria escola, até a implicação das políticas públicas no sentido de fornecer as condições materiais e de trabalho necessárias para a prática educativa dentro das salas de recursos multifuncionais.

Ao longo desta dissertação, empreendemos uma análise aprofundada da realidade escolar que envolvem uma escola de Brejo Santo - CE, no que concerne ao contexto da educação inclusiva e das Sala de Recursos Multifuncionais. Sendo estes os pontos que abrangem os objetivos da pesquisa. Sendo assim, foi possível observar tanto no objetivo geral do estudo quanto nos objetivos específicos que os dados referentes as informações obtidas nos estudos pesquisados, que estes pontos, foram discutidos de forma bem clara e sucinta os devidos aspectos cruciais, desde a infraestrutura física até as estratégias pedagógicas adotadas, culminando na avaliação da eficácia da SRM e nas perspectivas para a promoção da educação inclusiva.

Portanto, consolida-se os principais insights e contribuições inerentes ao trabalho, bem como uma apresentação da análise crítica da realidade escolar e suas propostas para futuros desenvolvimentos e práticas pedagógicas de inclusão.

Foi possível constatar pontos de grande relevância neste estudo, pela qual expressa a importância crítica das Salas de Recursos Multifuncionais como apoio à educação inclusiva. Tendo em vista que a disponibilidade de recursos de acessibilidade, materiais adaptados e tecnologias assistivas na SRM é fundamental para garantir que os estudantes com deficiência tenham igualdade de oportunidades

educacionais. Outro ponto no estudo foi que, no entanto, ficou evidente que a manutenção adequada desses recursos se torna algo essencial para seu pleno funcionamento.

Dando alusão a questão problema do estudo, é fundamental destacar a importância do trabalho realizado na SRM como subsídios para atender às necessidades educacionais especiais dos alunos. Pois mediante as intervenções descritas demonstram um esforço significativo por parte da escola em promover a inclusão e fornecer suporte abrangente para alunos com desafios variados. Sendo assim, foi possível e notório o progresso alcançado em alguns casos, onde as estratégias adotadas resultaram em melhorias significativas no desenvolvimento psicossocial, emocional, afetivo e cognitivo dos alunos.

Mediante a contextualização adotada, percebe-se que a atenção especial ao lado emocional, através de atividades como jogos, recortes e conversas, teve um impacto positivo na autoestima e independência de alguns estudantes, contribuindo para um ambiente escolar mais acolhedor. No entanto, também ficou evidente que há desafios a serem superados, como a falta de adesão de alguns alunos, dificuldades logísticas e a necessidade de um maior envolvimento da família em certos casos. A acessibilidade a serviços médicos e de saúde mental também se mostrou um obstáculo em alguns cenários, destacando a importância de parcerias entre a escola e os serviços de saúde para garantir um suporte integral aos alunos.

Tendo em vista a hipótese levantada no estudo, foi possível perceber que em à formação docente se destacou como um pilar central para o sucesso da educação inclusiva e a importância da Sala de Recursos Multifuncionais na Escola de Brejo Santo-CE como também os desafios impostos para o processo de inclusão escolar para estudantes com deficiência. Sabe-se que o processo de capacitação dos professores é um dos pontos com maiores desafios a serem discutidos futuramente, tendo em vista que professores bem-preparados são capazes de adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Neste ponto se torna crucial e relevante a formação contínua, a troca de experiências e o envolvimento dos professores na tomada de decisões relacionadas à inclusão que são fatores críticos para fortalecer a educação inclusiva.

Com a busca nas bases de dados e com os estudos encontrados foi possível reconhecer que a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) serve como um guia importante para orientar as

ações da escola no sentido da inclusão educacional para estudantes com deficiência. Mediante o contexto imperativo que envolve o processo de desenvolvimentos da SRM, é essencial que as escolas estejam alinhadas com essa política, garantindo que todos os direitos dos estudantes com deficiência sejam respeitados e incluídos.

Conforme os resultados inerentes a análise da documentação da SRM foi construtivo destacar a necessidade de otimizar os recursos disponíveis para atender a um maior número de estudantes com deficiência. Neste ponto, se tornou significativo a alocação de recursos de forma mais eficiente que pode assim ampliar o impacto da SRM na promoção da inclusão.

No que diz respeito a avaliação da eficácia da SRM demonstrou a importância do monitoramento contínuo e da coleta de dados para medir o progresso educativo de aprendizagem do estudante com deficiência. Tendo em vista que essa avaliação não deve se limitar apenas ao desempenho escolar, mas também em torno da participação ativa dos estudantes na SRM e ao impacto das estratégias pedagógicas adotadas para a educação de forma inclusiva.

Entretanto, apesar dos avanços, enfrentamos desafios significativos na implementação da educação inclusiva, atitudes de resistência, falta de recursos financeiros, formação insuficiente e barreiras comunicacionais continuam sendo obstáculos a serem superados, portanto, é fundamental que esses desafios sejam abordados de forma sistemática e colaborativa. No entanto, as perspectivas para a promoção da educação inclusiva são promissoras, tendo como subsídio, a integração da inclusão como um valor central da escola, parcerias e colaborações, formação docente contínua, promoção da conscientização e avaliação constante são caminhos que podem fortalecer a educação inclusiva nas escolas

Num contexto crucial não basta apenas refletir sobre os resultados desta pesquisa, mas também agir de forma proativa de forma a propor ações como base para futuros trabalhos, tais como o desenvolvimento de um Plano de Ação Inclusiva que ajude a escola a elaborar um plano estratégico que inclua metas claras e ações específicas para fortalecer a educação inclusiva, esse plano deve ser desenvolvido em colaboração com todos os membros da comunidade escolar.

Outro ponto crucial é também a integração da Comunidade Escolar, como meio de promover a inclusão não somente como responsabilidade apenas dos professores e da equipe especializada. No entanto a escola deve envolver os

estudantes, seus familiares e a comunidade em geral no processo inclusivo. Isso pode ser alcançado por meio de eventos, workshops e atividades que promovam a conscientização e o entendimento sobre a inclusão.

O processo de Monitoramento e Avaliação de forma Contínua, é um dos destaques que pode estabelecer um sistema para acompanhar o progresso das ações inclusivas, ou seja, isso ajudará a identificar áreas que necessitam de ajustes e melhorias. Contudo as parcerias com Instituições Especializadas podem contribuir juntos com as instituições especializadas no processo da educação inclusiva, no que se refere as organizações da sociedade civil e órgãos governamentais para obter apoio técnico, recursos e capacitação.

Nota-se que o Investimento em Tecnologia Assistiva vem a se tornar um recurso de acessibilidade bastante significativo, assegurando assim que estejam atualizados e em perfeito funcionamento as Salas de Recursos Multifuncionais.

Dentro desse propósito este ponto pode contribuir na Promoção da Formação Docente, ou seja, podendo assim desenvolver programas de formação docente contínua, abordando especificamente as estratégias pedagógicas inclusivas e as melhores práticas para atender às necessidades dos estudantes com deficiência. Outro ponto em destaque é também a criação de espaços de colaboração, para estabelecer espaços de colaboração entre os professores da SRM e os demais professores das salas de aulas regular, ou seja, isso pode incluir reuniões regulares para planejamento conjunto e compartilhamento de experiências.

E por fim a ampliação do Atendimento Educacional Especializado da SRM, que visa explorar maneiras de ampliar o atendimento para atender a um maior número de estudantes com deficiência, otimizando o uso dos recursos disponíveis. Em resumo, a promoção da educação inclusiva é um compromisso ético e legal que requer esforços contínuos e colaborativos.

Concluir-se que a escola em estudo tem a oportunidade de se destacar como um modelo de inclusão, garantindo que todos os estudantes, independentemente de suas capacidades, tenham igualdade de oportunidades educacionais. Sendo assim, acredita-se que a implementação dessas ações propostas pode contribuir significativamente para esse objetivo e para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

Porém durante o processo de pesquisa pode-se constatar problemas com o desenvolvimento da pesquisa e as demais dificuldades relacionadas estão

relacionadas ao pequeno desenvolvimento do espaço que se caracteriza-se como crucial para o atendimento Educacional Especializado, estes problemas são devidos a estrutura do espaço físico que se faz necessário para o atendimento na Sala de Recursos Multifuncionais.

Contudo em defesa dos parâmetros importantes que envolvem o acompanhamento do avanço das proposições inclusivas e alinhadas ao entendimento desta pesquisa que supracitamos os pontos de democratizar as condições que abrangem a permanência a todos os alunos indistintamente a inclusão escolar, propõem a realização de nos estudos em torna da temática de estudos por meios de debates políticos, sociais, pedagógicos que possam ser defendidos por diferentes documentos e estudos de promulgações que são concernentes perante à realidade escolar, ou seja, métodos que objetivem a construção de ações educacionais promotoras de desenvolvimento dos estudantes com deficiência e contribua com as demais pesquisa para o campo da educação.

Portanto o texto discute a relevância de uma abordagem integradora na Educação Inclusiva, ressaltando a eficácia da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em uma escola em Brejo Santo. São analisados os métodos de ensino, a capacitação dos professores e a participação dos estudantes com necessidades especiais. Destaca-se a importância do treinamento docente, a participação dos alunos e a colaboração entre educadores. Destaca-se a necessidade de ajustes constantes das estratégias para assegurar uma educação inclusiva de qualidade. As análises do texto realçam a importância da Sala de Recursos Multifuncionais na inclusão educacional, enfatizando a importância da formação dos professores e do envolvimento dos alunos. A cooperação entre educadores também é apontada como essencial para o êxito da inclusão. Por outro lado, a falta de comprometimento de alguns professores é identificada como um obstáculo a ser vencido. Dessa forma, a sugestão de intervenções e pesquisas para melhorar as SRMs em diferentes localidades é vista como uma contribuição valiosa para impulsionar melhorias na aprendizagem no âmbito da educação inclusiva. Em suma, o texto enfatiza a importância da contínua adaptação de estratégias, da colaboração entre educadores e da busca por soluções capazes de superar os desafios presentes no processo de inclusão educacional.

No entanto, em favor dos princípios essenciais que permeiam a monitorização do progresso das diretrizes inclusivas e em consonância com os objetivos desta

investigação que mencionamos acima, a necessidade de democratizar as condições que envolvem a participação de todos os alunos, sem exceção, na inclusão escolar, sugere a realização de estudos sobre o tema por meio de debates políticos, sociais e pedagógicos que possam ser embasados por diferentes documentos e pesquisas que são relevantes para a realidade escolar. Em outras palavras, métodos que visam a implementação de práticas educacionais que promovam o desenvolvimento dos estudantes com deficiência e contribuam com a produção de pesquisas na área da educação.

Desta forma, o artigo aborda a importância de uma abordagem integradora na Educação Inclusiva, destacando a eficácia da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em uma escola localizada em Brejo Santo. São examinados os métodos de ensino, a formação dos educadores e a participação dos alunos com necessidades especiais. É ressaltada a relevância do treinamento dos professores, o envolvimento dos estudantes e a colaboração entre os educadores. Ressalta-se a necessidade de ajustes contínuos nas estratégias para garantir a qualidade da educação inclusiva. As análises feitas no texto ressaltam a relevância da Sala de Recursos Multifuncionais na inclusão educacional, destacando a formação dos professores e o engajamento dos alunos. A cooperação entre os educadores também é mencionada como fundamental para o sucesso da inclusão. Por outro lado, a falta de comprometimento de alguns professores é identificada como um obstáculo a ser superado. Portanto, a sugestão de intervenções e pesquisas para aprimorar as SRMs em diferentes localidades é vista como uma contribuição valiosa para favorecer melhorias na aprendizagem no contexto da educação inclusiva. Em resumo, o texto destaca a importância da constante adaptação de estratégias, da colaboração entre educadores e da busca por soluções eficazes para superar os desafios presentes no processo de inclusão educacional.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, F.; CARVALHO, C. R. Educação Inclusiva e Estratégias de Ensino Individualizadas. **Revista Inclusiones**, v. 7, n. 1, p. 54-67, 2020.

ALBUQUERQUE, F. M. P. **Políticas públicas de saúde mental como promotoras de cidadania e (re) inserção social: um novo lugar para ser feliz?** 2019. 151 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Políticas Públicas) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Cerro Largo.

ARAÚJO, M. F. Pedagogia da Cooperação: Contribuições para a Inclusão na Sala de Aula. **Educação e Fronteiras**, v. 8, n. 23, p. 25-40, 2018.

BARBOZA, H. H.; AZEVEDO JÚNIOR, V. A. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 13, n. 3, p. 17-38, 2017.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto Editora, 1994.

BORGES, M. C.; PEREIRA, H. O. S.; AQUINO, O. F. Inclusão versus integração: a problemática das políticas e da formação docente. **Revista Iberoamericana de Educação**. n. 59/3. 2012. p. 2.

BOROWSKY, F. **Educação especial no Brasil: contradições nas políticas de inclusão (2003-2014)**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação.

BRASIL. Presidência da República. **Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em: 16 mai. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao

Longo da Vida. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30 set. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10502.htm. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 31 mar. 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 4 de 02 de outubro de 2009.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf>. Acesso em 16 mai. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRIDI, J. C. P. **A Educação Especial no Brasil: dos primórdios até a Educação Inclusiva.** Curitiba: Ibpex, 2011.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial: um compromisso com a diferença.** São Paulo: MEC/SEESP, 1993.

CARVALHO, R. L.; SILVA, E. F. Sala de Recursos Multifuncionais: um espaço de aprendizagem inclusiva. **Revista Práxis**, v. 9, n. 17, p. 82-97, 2017.

CHIZZOTTI, A. et al. Educação Inclusiva e Valorização da Diversidade Cultural: Contribuições para a Sala de Recursos Multifuncionais. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 40, p. 259-277, 2021.

CRESWELL, John W.; CRESWELL, J. David. **Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches.** Sage publications, 2017.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa.** Campinas: Autores Associados, 2021.

DUARTE, Newton. A catarse na didática da pedagogia histórico-crítica 1. **Proposições**, v. 30, 2019.

FORTE, Ana Maria; FLORES, Maria Assunção. Potenciar o desenvolvimento profissional e a colaboração docente na escola. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, p. 900-919, 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, R. M. S.; GOMES, C. Educação inclusiva para além da educação especial: uma revisão parcial das produções nacionais. **Rev. Psicopedag.** vol. 37 n.113, 2020.

FREIRE, S. B. L. F. et al. Educação Inclusiva e Atendimento Educacional Especializado: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 27, n. 2, p. 389-404, 2021.

GANDIN, Danilo. **A prática do planejamento participativo: construindo o projeto educativo da escola**. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GARCIA, D. I. B. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva na Região Sul do Brasil. **Revista Cocar**, v. 14, n. 30, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/3372>>. Acesso em: 29 jan. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

Glat, R. et al. Interação Social e Comunicação como Práticas de Inclusão em Salas de Recursos Multifuncionais. **Revista Educação Especial**, v. 31, n. 61, p. 709-724, 2018.

GUIMARÃES, V. M.; BORGES, M. T. Pedagogia da Diversidade: Reflexões sobre Práticas Inclusivas. **Educação em Foco**, v. 25, n. 1, p. 153-171, 2020.

HERMES, S. T. **Educação especial & educação inclusiva: a emergência da docência inclusiva na escola contemporânea**. 2017. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2017.

JANNUZZI, G. M. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. Campinas, SP: Autores Associados, 1992.

KRIPKA, R.; SCHELLER, M.; BONOTTO, D. L. Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. **CIAIQ2015**, v. 2, 2015.

LOPES, M. C.; LOCKMANN, K. HATTGE, M. D.; KAUS, V. Inclusão e Biopolítica. **Unisinos**, A. 8, n. 144, 2010.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão & Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

LOZANO, Daniele. **A interface entre educação especial e educação do campo em uma escola municipal do interior paulista**: um estudo de caso. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 308. 2019.

MANTOAN, M. T. E. A Inclusão Escolar como Construção Cotidiana. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 12, n. 1, p. 1-14, 2006a.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O Que É? Por Quê? Como Fazer?** São Paulo: Editora Moderna, 2006b.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. G. et al. Formação de professores na perspectiva da inclusão escolar: uma nova proposta de formação. **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara, SP: Junqueira & Martins, 2010.

Mendes, E. G.; Batista, A. A. F. **Educação Especial na Perspectiva da Inclusão: Reflexões e Práticas**. Curitiba: CRV, 2019.

MENEZES, M. C. **A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais: o desafio da formação de professores**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

MONTEBLANCO, V. M. **A escola comum/educação especial: a relação da gestão com as práticas inclusivas**. 2015. 94 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

MOURA, Cláudio. **Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Brasil: um estudo documental (1988-2014)**. 2015.

NOYA, C. P. **Gestores educacionais para a Educação Inclusiva: arranjos e tramas na contemporaneidade**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, RS.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <<https://www.un.org/development/desa/disabilities/convention-on-the-rights-of-persons-with-disabilities.html>>. Acesso em: 16 mai. 2023.

POSSA, L. D. **A Educação Inclusiva e a Formação de Professores: desafios e possibilidades**. Curitiba: CRV, 2013.

RIGO, N. M. **Outras Pedagogias, outras subjetividades: do dispositivo da inclusão escolar, um enunciado sobre as diferenças**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

ROAZZI, A.; SARMENTO, S. **Sala de Recursos Multifuncionais e Educação Inclusiva**. In: **Educação Especial na Perspectiva Inclusiva**. Editora Artes Médicas, 2018.

RONCA, Roberta Pasqualucci et al . Síndrome de Down: Irmãos fazem diferença na qualidade de vida dos pais?. **Psicol. Estud.**, Maringá , v. 24, e44238, 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722019000100227&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 out. 2019.

ROSA, D. F. **Produção do sujeito deficiente no contorno das políticas de educação inclusiva e da formação de professores em educação especial**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

SANTOS, P. R.; NUNES, T. S. Apoio Pedagógico Especializado: Contribuições para a Prática Docente na Educação Inclusiva. **Revista Diálogo Educacional**, v. 19, n. 61, p. 1069-1091, 2019.

SASSAKI, K. R. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SAUERWEIN, E. A. A Inclusão Escolar na Perspectiva do Ensino Diferenciado. In: **Congresso Nacional de Educação**, 9., 2015, Curitiba. Anais... Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015. p. 1-14.

SCAVONI, M. P. P. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o Projeto Político Pedagógico: a escola em movimento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Marília).

SILVA, R. A. da. **A Trajetória da Educação Especial Brasileira: das Propostas de Segregação à Proposta Inclusiva: O Olhar da Cidade de Mairiporã**. 2009. Monografia apresentada para conclusão do curso de Especialização *Latu Sensu* “A Educação Inclusiva na Deficiência Mental”, PUC, São Paulo.

SOUSA, N. M.; NASCIMENTO, D. A inclusão escolar e o estudante com síndrome de Down: as adaptações curriculares e a avaliação da aprendizagem. In: **Educação & Formação**, v. 3, n. 3, p. 121-140, 2018.

SOUZA, M. M. M. et al. A Sala de Recursos Multifuncionais e a Prática Pedagógica Inclusiva: Relato de Experiência. **Revista Inclusiones**, v. 7, n. 2, p. 211-222, 2020.

TELES, L. S. *et al.* **O direito à inclusão da pessoa com deficiência no âmbito escolar: uma análise da política de Educação Inclusiva nacional**. 2018

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática em Educação Especial**. Salamanca, Espanha, 7-10 jun. 1994. Disponível em: <<https://www.unesco.org/education/pdf/SALAMA.PDF>>. Acesso em: 15 mai. 2023.

UNESCO. **Declaração Mundial de Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Jomtien, Tailândia, 5-9 mar. 1990. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000123614_por>. Acesso em: 15 mai. 2023.

VEIGA-NETO, A.; LOPES, M. C. Inclusão e governamentalidade. In: **Caderno CEDES**, Campinas, Educação e Sociedade, v. 28, p.947-963, 2007.

ZINS, A. *et al.* Materiais Didáticos Acessíveis: Uma Proposta de Ação Docente. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 10, n. 1, p. 59-74, 2004.

ANEXO A

Quadro relacionado aos estudos utilizados para o desenvolvimento da dissertação contendo o Ano; Palavra-Chave; Título; Autor e Aspectos Importantes.

Quadro 1: Trabalhos Relacionados à Temática da Pesquisa

Ano	Palavra-chave	Título	Autor	Aspectos importantes
2015	Escola Regular Gestão Práticas Inclusivas	A Escola Comum/Educação Especial: A Relação Da Gestão Com As Práticas Inclusivas	Valquíria Martins Monteblanco	Analisar os efeitos da implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no que se refere à gestão escolar. Tendo como objetivo entender como se processam as relações dos gestores de escolas regulares da rede municipal de Santa Maria/RS de ensino com as práticas inclusivas.
2015	Inclusão Escolar Sensibilização Deficiência Neoliberalismo Governamentalidade	Racionalidade Neoliberal e Sensibilização Para A Inclusão Escolar De Deficientes	Fernanda De Camargo Machado	O interesse central desta pesquisa foi compreender como a racionalidade neoliberal vem conduzindo modos de subjetivação a partir das práticas de sensibilização para a inclusão escolar de deficientes no Brasil. Tal problematização mobilizou ferramentas analíticas desenvolvidas por Michel Foucault, entre as quais, destacam-se: governamentalidade, governo pela verdade e subjetivação. A partir de uma inspiração no método genealógico, buscou-se entender como assumimos as práticas de sensibilização como diretrizes de autoconduta frente aos deficientes na escola inclusiva.
2015	Políticas Públicas Educação Especial Educação Inclusiva Salas de Recursos Multifuncionais	Política Nacional De Educação Especial Na Perspectiva Da Educação Inclusiva Na Região Sul Do Brasil	Dorcely Isabel Bellanda Garcia	A pesquisa tem como objetivo investigar, analisar e compreender o processo de efetivação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva nos três estados da Região Sul do Brasil-Paraná (PR), Santa

				Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS).
2015	Políticas de Educação Inclusiva Educação Para As Pessoas Com Deficiência Educação Especial	Políticas De Educação Inclusiva No Brasil: Uma Análise Da Educação Escolar Para As Pessoas Com Deficiência	Adriana Carvalho Da Silva De Moura	Analisa a adoção da política de educação inclusiva pelo Brasil, com ênfase nas pessoas com deficiência, tendo em vista a influência das orientações internacionais para a educação, como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994).
2016	Inclusão Escolar Representações Sociais Escola Projeto Político Pedagógico Educação Especial	Representações Sociais De Professores Sobre Inclusão E O Projeto Político Pedagógico: A Escola Em Movimento	Mariana Paula Pereira Scavoni	A partir de 1990 a proposta da educação inclusiva preconiza por declarações e legislações, ocasionando impactos diretos na configuração das escolas, na formação de professores e gestores. Evidenciando que para a escola ser inclusiva a comunidade exerce papel fundamental, pois os sujeitos interferem na edificação destes movimentos tanto quanto a lei.
2016	Inclusão Escolar Gestão Democrática Governamentalidade Neoliberal Empreendedorismo Na Educação	Gestores Educacionais Para A Educação Inclusiva: Arranjos E Tramas Na Contemporaneidade	Carolina Pereira Noya	Problematização sobre a circulação dos discursos que têm, na aliança entre gestão educacional e a inclusão escolar, uma potente estratégia de produção na escola contemporânea. O estudo desenvolvido teve por inspiração os Estudos Foucaultianos em Educação, trazendo a problemática: como a formação de gestores para a Educação Inclusiva vem sendo produzida nos discursos educacionais contemporâneos?
2017	Políticas Públicas de Educação Educação Especial Inclusão	Contradições Das Políticas De Educação Especial No Brasil (2003-2014) Na Perspectiva Da Inclusão	Fabíola Borowsky	Analisa a trajetória das políticas de Educação Especial, no Brasil, no período de 2003-2014, verificando as contradições, limites e avanços, assim como as concepções de inclusão dos sujeitos que

				interagem na formulação das políticas.
2016	Educação Especial Educação Inclusiva Público-alvo	Produção Do Sujeito Deficiente No Contorno Das Políticas De Educação Inclusiva E Da Formação De Professores Em Educação Especial	Denise Ferreira Da Rosa	Analisa as narrativas produzidas pelos acadêmicos da Educação para entender de que maneira essa formação produz os modos de narrar os sujeitos com deficiência em uma legitimação política que caracteriza um público-alvo em que atuam aqueles que se formam no Curso de Educação Especial.
2017	Educação Especial Educação Inclusiva Subjetivação Docência Inclusiva	Educação Especial & Educação Inclusiva: A Emergência Da Docência Inclusiva Na Escola Contemporânea	Simoni Timm Hermes	Compreender a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva na escola contemporânea a fim de problematizar os efeitos nos modos de subjetivação das professoras, através da problemática: Como a articulação da Educação Especial com a Educação Inclusiva opera nos modos de subjetivação das professoras na escola contemporânea.
2017	Inclusão Escolar Diferenças Pedagogias Subjetividades Alteridade	Outras Pedagogias, Outras Subjetividades: Do Dispositivo Da Inclusão Escolar, Um Enunciado Sobre As Diferenças	Neusete Machado Rigo	Analisar sobre os efeitos que enunciados sobre as diferenças estão operando nas pedagogias das escolas que investem em processos de inclusão escolar; que subjetividades estão sendo produzidas, a partir desses efeitos. A análise se sustém nas teorizações foucaultianas.

Fonte: Dados de Pesquisa elaborado pela autora (2024)

ANEXO B- Carta de Anuência



EEM JOSÉ MATIAS SAMPAIO
Rua Manoel Inácio Bezerra, 49, Centro
Brejo Santo-CE
Fone/fax: (88) 3531 – 4831 – CNPJ: 07.954.514/0561-80
Email: josematias@escola.ce.gov.br

CARTA DE ANUÊNCIA

EEM José Matias Sampaio
Pescar 40/2021
Validade 31/12/2025
D.O. 30/12/2021

Autorizo a realização da pesquisa intitulada A Educação Inclusiva abordada na Sala de Recursos Multifuncionais em uma Escola Estadual de Brejo Santo-CE, a ser realizada no período de 25/11/21 à 08/10/24, coordenada pela pesquisadora **Cláudia da Silva Araújo Lucena**, na E.E.M José Matias Sampaio da qual sou responsável, em conformidade com os objetivos e metodologias previamente apresentados. Como representante da referida escola, estou ciente das corresponsabilidades associadas ao projeto de pesquisa no compromisso do resguardo da segurança e bem-estar dos participantes da pesquisa recrutados. Declaro ainda estar ciente da autonomia de cada indivíduo em aceitar ou recusar a participar da pesquisa, independente da anuência que apresento.

Brejo Santo-CE, 25 de Setembro de 2024.

Napoleão Gomes de Sousa

Napoleão Gomes de Sousa
Diretor Escolar

Napoleão Gomes de Sousa
Membro: 478030-1.4
DOE 31/01/2024
Diretor Escolar